

BX
8398
.A36
1888

UNIVERSITY OF VIRGINIA LIBRARY



Y030809347

LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF VIRGINIA



FROM THE LIBRARY
OF
BISHOP COLLINS DENNY



Methodist Episcopal Church,
South.

AS DOCTRINAS
E
DISCIPLINA
DA
IGREJA METHODISTA EPISCOPAL
DO SUL.

EDIÇÃO PORTUGUEZA

RIO DE JANEIRO:
TYP. ALDINA, DE A. J. LAMOUREUX & Co.
79, RUA SETE DE SETEMBRO.
1888.

BX
- 8398
A36
1888
COPY 1

*N'este acto de publicar em Portuguez o
nosso Livro de Disciplina para o uzo dos
nossos irmãos do Brazil, basta que simples-
mente roguemos a Deus que pela sua benção
e pelo derramamento do Espirito Santo, a
Historia gloriosa e santa da Igreja Metho-
dista se repita por todas as Frouincias d'este
bello paiz assim como foi na Inglaterra e por
todos os Estados Unidos.*

Somos seus irmãos em Christo,

J. L. KENNEDY.

J. W. WOLLING.

J. W. TARBOUX.

Commissão Publicadora da Conferencia Annual

AOS MEMBROS

DA

IGREJA METHODISTA EPISCOPAL, SUL.

Caríssimos Irmãos: — Julgamos que é expediente vos dar uma breve narração do principio do Methodismo na Europa bem como na America. “No anno de 1729, dous moços na Inglaterra, lendo a Palavra de Deus, viram que não podiam ser salvos sem santidade: por isso a procuraram e incitaram aos outros que fizessem o mesmo. Em 1737 viram tambem que os homens são justificados antes de serem santificados, mas ao mesmo tempo que a santidade foi o seu alvo. Deus então os enviou levantar um povo santo.”

No anno 1766, Philip Emburg, Prégador Local da nossa Sociedade de Irlanda, começou a prégar na cidade de Nova York, e organizou uma sociedade dos seus patricios e outras pessoas; e no mesmo anno, Thomas Webb prégon n'uma sala alugada perto do quartel. Proximo d'este tempo, Robert Strawbridge, Pregador Local de Irlanda fixou

a sua residencia no Districto de Frederick do Estado de Maryland, e prégando lá organizou algumas sociedades. A primeira Igreja Methodista foi feita em Nova York no anno 1769; e em 1769 Richard Boardman e Joseph Pilmoor vieram a a Nova York os quaes foram os primeiros prégadores Methodistas regulares no Continente. Nos fins do anno 1771, Francis Asbury e Richard Wright da mesma ordem tambem vieram para America.

Creemos que o disignio de Deus em levantar na America os prégadores, chamados Methodistas, foi o reformar o Continente e espalhar a santidade das Escripturas por sobre estas terras. Como prova d'isto, temos visto desde aquelle tempo uma grande gloriosa obra de Deus por todos os Estados Unidos.

Consideramos que é o nosso dever e privilegio vos recommendar muito encarecidamente, como a membros da nossa Igreja, a nossa forma de Disciplina, que tem sido fundada na experiencia de uma longa serie de annos; como tambem as observações e criticas que temos feito a respeito das Igrejas antigas e modernas.

Desejamos ver este pequeno livro na casa de todo o Methodistista; especialmente porque contém os Artigos de Religião recebidos mais ou menos, em parte ou no todo, por todas as Igrejas reformadas do mundo.

Em lugar de não querermos que sejaes ignorantes de qualquer das nossas doutrinas, ou de qualquer parte da nossa Disciplina, desejamos que leiaes, marqueis, aprendaes e digeraes bem o livro inteiro.

Deveis, depois da Palavra de Deus, proeurar os artigos e canones da Igreja á qual pertenceis.

Somos os vossos muito affectuosos irmãos e pastores, que trabalham de dia e noite, e publicamente bem como em particular para o vosso bem.

ROBERT PAINE.
 GEORGE F. PIERCE.
 HUBBORD H. KAVANONGH.
 AOLLAND N. MCTYEIRE.
 JOHN C. KEENER.
 ALPHEUS W. WILSON.
 LINCES PARKER.
 JOHN C. GRANBERG.
 ROBERT K HARGRAVE.

CONTEUDO

CAPITULO I.

OS ARTIGOS DE RELIGIÃO E AS REGRAS GERAES.

	<i>Pag.</i>
SEC. 1. Os Artigos de Religião.....	1
SEC. 2. As Regras Geraes.....	17

CAPITULO II.

AS CONFERENCIAS.

SEC. 1. Da Conferencia *Geral.	23
SEC. 2. Da Conferencias Annuaes.....	30
SEC. 3. Das Conferencias Districtaes.....	40
SEC. 4. Das Conferencias Trimensaes.....	43
SEC. 5. Das Conferencias da Igreja.....	51

CAPITULO III.

OS MINISTROS E OFFICIAES DA IGREJA.

SEC. 1. Do julgamento d'aquelles que acham-se mo- vidos pelo Espirito Santo para prégar.....	55
SEC. 2. Da Eleição e Consagração do Bispo e dos seus deveres	56
SEC. 3. Dos Presbyteros Presidentes.....	62
SEC. 4. Dos Pregadores á Cargo de Circuitos, Estações ou Missões.....	65

	<i>Pag.</i>
SEC. 5. Da Admissão de Pregadores em experiencia....	70
SEC. 6. Da Admissão de Pregadores em connexão plena	72
SEC. 7. Dos Diaconos Itinerarios	75
SEC. 8. Dos Presbyteros Itinerarios.....	77
SEC. 9. Dos Pregadores Supernumerarios.....	80
SEC. 10. Dos Pregadores Jubilados.	82
SEC. 11. Dos Pregadores Locaes	83
SEC. 12. Sobre o Receber dos Ministros de outras Igrejas.	89
SEC. 13. Dos Exhortadores.....	92
SEC. 14. Dos Guias das Classes.....	94
SEC. 15. Dos Economos	96
SEC. 16. Dos Depositarios.....	100

CAPITULO IV.

DOS MEMBROS DA IGREJA.

SEC. 1. Sobre o Receber Membros para Igreja.....	104
SEC. 2. Das Crianças da Igreja.	105

CAPITULO V.

DA TEMPERANÇA.

Administração da Disciplina.....	108
----------------------------------	-----

CAPITULO VI.

OS MEIOS DE GRAÇA.

SEC. 1. Do Culto Publico.....	110
SEC. 2. Das Reuniões de Oração.....	113
SEC. 3. Das Festas de Caridade.....	113
SEC. 4. Das Reuniões da Classe.....	115
SEC. 5. Das Escolas Dominicaes.....	116

CAPITULO VII.

ADMINISTRAÇÃO DA DISCIPLINA.

	<i>Pag.</i>
SEC. 1. Julgamento de um Bispo.....	122
SEC. 2. Julgamento de Pregador Itinerario	124
SEC. 3. Julgamento de um Noviço.....	131
SEC. 4. Julgamento de um Pregador Local	132
SEC. 5. Julgamento de um Membro.....	136

CAPITULO VIII.

DAS APPELLAÇÕES.

SEC. 1. Appellação de um Pregador Itinerario.....	141
SEC. 2. Appellação de um Pregador Local.....	145
SEC. 3. Appellação de um Membro.....	147

CAPITULO IX.

DA PRIVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CREDENCIAES.

SEC. 1. Credenciaes dos Presbyteros Itinerarios ou Diaconos.....	150
SEC. 2. Credenciaes dos Pregadores Locaes ou Diaconos	153

CAPITULO X.

DO SUBSIDIO AOS MINISTROS.

SEC. 1. Subsidio dos Pregadores nos Circuitos e Estações	153
SEC. 2. Subsidio dos Presbyteros Presidentes	155
SEC. 3. Subsidio dos Bispos.....	155
SEC. 4. Subsidio d'aquelles para os quaes não ha provisão.....	157
SEC. 5. Da Junta Geral de Finanças.....	158

CAPITULO XI.

AS IGREJAS E PROPRIEDADES DAS IGREJAS.

	<i>Pag.</i>
SEC. 1. Da Edificação de Igrejas.....	181
SEC. 2. Da Edificação de Presbyterios.....	184
SEC. 3. Da Garantia de Igrejas e Presbyterios.....	185
SEC. 4. Da Divisão, Traspasso, ou Venda de Propriedades da Igreja.....	188
SEC. 5. Creação de Hypothecas sobre Propriedades da Igreja	189

CAPITULO XII.

LEGADOS E DONATIVOS.

SEC. 1. De Legados ou Doações.....	192
SEC. 2. Instruções Geraes sobre Legados.. ..	195

DOUTRINAS E DISCIPLINA

CAPITULO I.

OS ARTIGOS DE RELIGIÃO E AS REGRAS GERAES.

SECÇÃO I.

OS ARTIGOS DE RELIGIÃO.

I. *Da fé na Santa Trindade.*

1. Ha só um Deus vivo e verdadeiro, eterno, sem corpo nem partes; de poder, sabedoria, e bondade infinitos; o creador e preservador de todas as cousas, viziveis e inviziveis. E em união nesta Divindade, existem tres pessoas de uma mesma substancia, poder, e eternidade—o Pai, o Filho, e o Espirito Santo.

[1]

II. *Do Verbo, ou Filho de Deus, que foi feito verdadeiro homem.*

2. O Filho, que é o Verbo do Pai, o proprio e eterno Deus, consubstancial com o Pai, tomou a natureza humana no ventre da bemdita Virgem ; de maneira que duas naturezas distinctas e perfeitas—a saber, a Divindade e a humanidade—foram unidas em uma só pessoa, para jámais serem separadas, a qual pessoa é Christo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que effectivamente soffreu, foi crucificado, morto, e sepultado para reconciliar-nos com seu Pai, e para ser um sacrificio, não sómente pelo peccado original, mas tambem pelos peccados actuaes dos homens.

III. *Da resurreição de Christo.*

3. Christo em verdade resuscitou dos mortos, tomando outra vez o seu corpo, com todas aquellas cousas pertencentes á integridade da natureza

humana, com as quaes elle subiu ao céo, e alli está sentado até voltar para julgar os homens no ultimo dia.

IV. *Do Espirito Santo.*

4. O Espirito Santo, que procede do Pai e do Filho, é de uma mesma substancia, magestade e gloria, com o Pai e o Filho, verdadeiro e eterno Deus.

V. *Da sufficiencia das Santas Escripturas para a Salvação.*

5. As Santas Escripturas contém tudo que é necessario para a salvação ; de maneira que o que não se acha nellas, nem por ellas póde ser provado, não deve ser exigido de homem algum, para ser crido como artigo de fé, nem deve ser achado necessario ou preciso para a salvação. Pelas Santas Escripturas queremos dizer aquelles livros canonicos do Velho e Novo Testamentos, de cuja authoridade nunca houve duvida na Igreja.

Os nomes dos Livros Canonicos.— Genesis, Exodo, Levitico, Numeros, Deuteronomio, Josué, Juizes, Ruth, O Primeiro Livro de Samuel, O Segundo Livro de Samuel, O Primeiro Livro de Reis, O Segundo Livro de Reis, O Primeiro Livro de Paralipomenos, O Segundo Livro de Paralipomenos, O Livro de Esdras, O Livro de Nehemias, O Livro de Esther, O Livro de Job, Os Psalmos, Os Proverbios, Ecclesiastes, ou o Prégador, Os Canticos de Salomão, Os quatro Prophetas Maiores, Doze Prophetas Menores. Todos os Livros do Novo Testamento, como são geralmente recebidos, nós acceitamos e consideramos canonicos.

VI. *Do Velho Testamento.*

6. O Velho Testamento não está em contradicção com o novo; pois que tanto no Velho como no Novo Testamento a vida eterna é offerecida á

humanidade por Christo, que é o unico Mediador entre Deus e o homem. Portanto, não se deve prestar ouvidos áquelles que dizem que os patriarchas tinham em vista sómente promessas transitorias. Embora a lei dada por Deus a Moysés, no tocante ás ceremonias e ritos, não se applique aos christãos, nem tão pouco os preceitos civis della devam ser de obrigação acceitos em qualquer communiidade, comtudo, apesar disto, nenhum christão está isento de obedecer aquelles mandamentos chamados moraes.

VII. *Do peccado original.*

7. O peccado original não está em imitar Adão (como dizem os Pelagianos em vão), mas é a corrupção da natureza de todo o homem que naturalmente é descendente de Adão, pela qual o homem está muito longe da sua justiça primitiva, e de sua propria

natureza é agora inclinado para o mal e isto continuamente.

VIII. *Da vontade livre.*

8. A condição do homem depois da queda de Adão é tal, que elle não póde voltar e preparar-se, por seu proprio poder e obras, para a fé e a invocação de Deus; por tanto não temos força para fazer boas obras, agradaveis e aceitaveis para com Deus, sem a graça de Deus por Christo prevenindo-nos, para que tenhamos uma boa vòntade, e trabalhando em nós, quando temos essa boa vontade.

IX. *Da justificação do homem.*

9. Somos tidos por justos diante de Deus, sómente pelo merecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Christo, pela fé, e não pelas nossas obras, ou merecimentos; por tanto, que somos justificados sómente pela fé é uma doutrina muito sã, e cheia de Conforto.

X. *Das boas obras.*

10. Posto que as boas obras, que são o fructo da fé, e seguem depois da justificação, não possam tirar os nossos peccados, e supportar a severidade do juizo de Deus; comtudo são ellas agradaveis e aceitaveis para Deus em Christo, e nascem de uma fé viva e verdadeira, tanto assim que uma viva fé é por ellas conhecida assim como é a arvore pelos seus fructos.

XI. *Das obras de supererogação.*

11. Obras voluntarias, fóra e além dos mandamentos de Deus, as quaes são chamadas obras de supererogação, não devem ser ensinadas sem se incorrer em arrogancia e impiedade. Pois por ellas declaram os homens que não só rendem a Deus tudo que lhe é devido por obrigação, como fazem ainda mais, por sua causa, do que o seu dever; com quanto disse Christo

claramente: “Quando tiverdes feito tudo o que se vos manda, dizei, somos uns servos inuteis.”

XII. *Do peccado depois da justificação.*

12. Nem todo o peccado commettido voluntariamente depois da justificação é o peccado contra o Espirito Santo, e imperdoavel. Portanto não se deve negar o arrependimento áquelles que cahem em peccado depois de justificados: depois de recebermos o Espirito Santo podemos apartar-nos da graça recebida, e cahir em peccado, e, pela graça de Deus, voltar e emendar a nossa vida. Devem portanto ser condemnados os que dizem que não podem peccar mais emquanto aqui vivem, ou que negam o perdão áquelles que verdadeiramente arrependem-se.

XIII. *Da Igreja.*

13. A Igreja visivel de Christo é uma congregação de homens fieis, na

qual é prégada a palavra pura de Deus e são os sacramentos devidamente administrados, conforme a instituição de Christo em todas aquellas cousas necessarias á mesma.

XIV. *Do Purgatorio.*

14. A doutrina Romana concernente ao purgatorio, indulgencias, veneração e adoração, tanto de imagens como de reliquias, assim como a invocação dos santos, é uma cousa futil, de invenção vã, e baseada em testemunho nenhum da Escriptura, mas é antes repugnante á Palavra de Deus.

XVI. *Do fallar na Congregação em lingua que o povo entenda.*

15. E' cousa claramente contraria á palavra de Deus e contra o costume da Igreja primitiva, celebrar o culto publico na igreja, ou ministrar os sacramentos, em lingua que o povo não entende.

XVI. *Dos Sacramentos.*

16. Os sacramentos, instituidos por Christo, não são unicamente signaes ou indícios da profissão dos christãos, mas são antes signaes da graça, e da boa vontade de Deus para conosco, pelos quaes elle obra em nós invisivelmente, e não só desperta como fortalece e confirma a nossa fé nelle.

São dous os sacramentos instituidos por Christo Nosso Senhor no Evangelho; a saber, o Baptismo, e a Ceia do Senhor.

Aquelles cinco, vulgarmente chamados sacramentos—a saber, a Confirmação, Penitencia, Ordem, Matrimonio, Extrema Uncção—não devem ser considerados sacramentos do Evangelho, sendo elles como são em parte uma imitação *corrompida* dos apóstolos, e em parte estados de vida permittidos nas Escripturas, mas que não têm a

natureza do Baptismo nem da Ceia do Senhor, porque não têm nem o signal vizivel nem a cerimonia estabelecida por Deus.

Os sacramentos não foram instituidos por Christo para serem contemplados, nem levados em procissão; mas para usarmos d'elles dignamente. E sómente para aquelles que participam delles dignamente têm elles effeito ou operação salutar; mas aquelles que os recebem indignamente compam para si a condemnação, como diz S. Paulo, 1 Cor. XI, 29.

XVII. *Do Baptismo.*

17. O baptismo não é meramente um signal de profissão, e marca de differença por onde os christãos se distinguem dos outros que não são baptizados, mas é elle tambem um signal da regeneração, ou novo nascimento. O baptismo das criancinhas deve ser continuado na Igreja.

XVIII. *Da Ceia do Senhor.*

18. A Ceia do Senhor não só é um signal do amor que os Christãos devem uns aos outros, como é um Sacramento da nossa redempção pela morte de Christo: em que para aquelles que delle participam direito, dignamente e com fé, o pão que partimos é a participação do corpo de Christo, assim como também o calix da benção é a participação do sangue de Christo.

A transubstanciação, ou a mudança da substancia do pão e do vinho na Ceia do Senhor não pode ser provada pela Santa Escriptura, mas é cousa contraria ás claras palavras da Escriptura, destróe a natureza de um Sacramento e tem dado occasião a muitas superstições.

O corpo de Christo é dado, recebido e comido, na Ceia, só de um modo espiritual. E o meio pelo qual é

recebido e comido o corpo de Christo, na Ceia, é a fé.

O Sacramento da Ceia do Senhor não era por mandamento de Christo reservado, levado em procissão, elevado, nem adorado.

XIX. *De ambas as especies.*

19. O calix do Senhor não se deve negar aos leigos; porque ambas as partes da Ceia do Senhor, por instituição e mandamento de Christo, devem ser administradas a todo o Christão igualmente.

XX. *Da Oblação unica de Christo, sobre a cruz.*

20. O sacrificio de Christo, uma vez offerecido, é aquella perfeita redempção, propiciação e satisfação, por todos os peccados de todo o mundo, tanto o original como os actuaes; e não ha nenhuma outra propiciação pelo peccado, senão só esta. Portanto,

o sacrificio das missas no qual se diz geralmente que o padre offerece Christo em sacrificio pelos vivos e pelos mortos, para terem a remissão da pena ou da culpa, é uma fabula blasphema e perigoso engano.

XXI. *Do Casamento dos ministros.*

21. Os ministros de Christo não são mandados pela lei de Deus nem a fazer voto de celibato, nem a se abster do casamento; é portanto licito, para elles como para os demais christãos, casarem-se á sua discrição, segundo julgarem melhor para servir a causa de Deus.

XXII. *Dos ritos e das ceremonias das Igrejas.*

22. Não é necessario que os ritos e as ceremonias sejam em todos os lugares iguaes e exactamente os mesmos; porque elles têm sempre sido differentes, e podem-se mudar de conformidade com a diversidade dos paizes,

•

dos tempos, e dos costumes dos homens, com tanto que nada seja estabelecido contra a Palavra de Deus. Qualquer que de si proprio julgar dever voluntaria e propositalmente quebrantar abertamente os ritos e as ceremonias da Igreja a que elle pertence, os quaes não sejam repugnantes á palavra de Deus e sejam ordenados e approvados de *commum accordo*, deve ser reprehendido abertamente, para que os outros temam fazer o mesmo, como offensor contra a ordem *commum* da Igreja, e como um que fere as consciencias dos irmãos fracos.

Cada Igreja particular póde estabelecer, mudar, ou abolir ritos e ceremonias, com tanto que tudo se faça para edificação.

XXIII. *Dos Governos dos Estados Unidos da America.*

23. O Presidente, o Congresso, as assembléas geraes, os governadores e

os conselhos de estado, *como delegados do povo*, são os governadores dos Estados-Unidos da America, de conformidade com a delegação de poderes lhes conferidos pela Constituição dos Estados Unidos, e pela Constituição dos seus Estados respectivos. E os ditos Estados são uma nação soberana e independente, e não devem ser sujeitos a nenhuma jurisdição estrangeira. (1)

XXIV. *Dos bens Christãos.*

24. As riquezas e bens dos christãos não são em *commum*, no tocante ao direito, titulo e possessão dos mesmos, como falsamente apregoam alguns.

(1) Tanto quanto diz respeito a negocios civis, acreditamos ser do dever de todo o christão, e especialmente dos ministros christãos, sujeitar-se á autoridade suprema do paiz onde residem, e usar de todos os meios plausiveis para inculcar a obediencia aos poderes existentes: e portanto, esperamos que todos os nossos prégadores e os nossos membros, que estejam sob qualquer governo estrangeiro, se portem como cidadãos pacificos e moderados.

Entretanto cada um deve, das cousas que possui, dar liberalmente esmolas aos pobres segunda a sua posse.

XXV. *Do juramento do Christão.*

25. Assim como professamos que o jurar em vão e precipitadamente é prohibido aos christãos por Nosso Senhor Jesus Christo e por Thiago seu apostolo, assim julgamos que a religião christã não prohibe que um homem faça um juramento quando um magistrado requer d'elle isso em causa de fé e caridade, com tanto que se o faça segundo o ensino do propheta, em justiça, juizo e verdade.

SECÇÃO II.

AS REGRAS GERAES.

26. As regras das “Sociedades Unidas,” organizadas pelo Sr. Wesley em 1739, são as seguintes :

Ha só uma condição que previamente é exigida d'aquelles que desejam

[2]

entrar para estas Sociedades—“o desejo de fugirem á ira vindoura, e de serem salvos dos seus peccados.” Mas onde quer que isto fôr um proposito fixo da alma, ha-de se ver pelos fructos. Espera-se portanto de todos que continuam nellas que continuem tambem a mostrar o seu desejo pela salvação —

Primeiro, não obrando o mal, evitando males de toda a sorte, especialmente os que são mais geralmente praticados, taes como :

Tomar o nome de Deus em vão ;

Profanar o dia do Senhor, fazendo nelle o trabalho ordinario, ou comprando ou vendendo ;

A embriaguez, ou beber vinhos alcoholicos a não ser em casos de necessidade ;

A *briga*, a contenda, as rixas; um irmão *processar* a outro irmão ; retribuir o mal com o mal, chocarrice por chocarrice ; *regatear* no comprar ou vender ;

Dar ou tomar com usura—i. é., com juro illegal ;

Conversação sem caridade ou proveito, especialmente fallar mal dos magistrados ou dos ministros ;

Fazer aos outros o que não quereíamos que fizessem a nós ;

Fazer o que sabemos não ser para a gloria de Deus, como :

Usar do ouro ou roupas de elevado preço ;

Entregar-se a taes divertimentos que não possam ser tomados em nome do Senhor Jesus ;

Cantar aquelles cantos ou ler aquelles livros que não tendem para o conhecimento e o amor de Deus ;

Effeminação ou indulgencia desnecessaria ;

Amontoar thesouros na terra ;

Tomar emprestado sem ter a probabilidade de pagar, ou tomar objectos sem probabilidade de poder pagar por elles.

27. Espera-se de todos que continuem nessas Sociedades que elles continuem a amostrar o seu desejo pela salvação —

Segundo, fazendo o bem, obrando a misericordia segundo a sua posse, e toda a vez que se offerecer a opportunidade, fazendo toda a sorte de bem possivel, e tanto quanto possivel, a todos os homens :

Aos seus corpos, segundo a capacidade lhes dada por Deus, dando de comida aos famintos, vestindo os nús, visitando ou ajudando aquelles que estão enfermos ou na prisão ;

A's suas almas, instruindo, reprehendendo, ou exhortando, todos com quem temos relações ; pisando aos pés aquella doutrina enthusiastica que não “devemos fazer o bem senão quando *nosso coração o pede.*”

Obrando o bem, especialmente para aquelles que são da fé, ou procuram

sel-o; empregando-os de preferencia a outros, comprando uns dos outros, ajudando-se mutuamente em negocio; e tanto mais assim, porquanto o mundo amará aos seus e aos seus *sómente*.

Por toda *diligencia* e *frugalidade* possivel, para que o evangelho não seja vituperado.

Correndo com paciencia a carreira que lhes está proposta, *negando-se a si mesmos e tomando diariamente a sua cruz*; submettendo-se a carregar com a exprobação de Christo, e a soffrer o escarneo e a rejeição do mundo; e esperando que os homens *fallem toda a sorte de mal delles mentindo, por amor a Jesus Christo*.

28. Espera-se de todos que desejam continuar nessas Sociedades que continuem a mostrar o seu desejo pela salvação —

Terceiro, observando todas as ordenações de Deus, estas taes são:

O culto publico a Deus ;
O ministerio da palavra, quer lida,
quer explicada ;
A ceia do Senhor ;
A oração de familia e particular ;
O estudo das Escripturas ;
O jejum, ou abstinencia.

29. Estas são as regras geraes das
nossas sociedades ; todas as quaes Deus
nos manda observar, na sua Palavra
Escripta, que é a unica regra e a suffi-
ciente regra da nossa fé e practica. E
todas estas sabemos que o Espirito
escreve nos corações dos verdadeiros
crentes. Si houver algum entre nós
que as não observa, e que habitual-
mente quebranta qualquer d'ellas, que
se leve isto ao conhecimento d'aquelles
que vigiam sobre essa alma, para que
a estes elle dê conta dos seus actos.
Nós o admoestaremos quanto ao erro
dos seus máos caminhos ; o relevare-
mos por um tempo ; e si elle então não

se arrepender, deixará de ter lugar entre nós: teremos livrado as nossas almas.

CAPITULO II.

AS CONFERENCIAS.

SECÇÃO I.

DA CONFERENCIA GERAL.

30. *Pergunta.* De quem constará a Conferencia Geral, e quaes são as regras e os poderes pertencentes a ella?

31. *Resposta 1.* Constará a Conferencia Geral de *um* membro clérigo para cada *trinta e seis* membros da cada Conferencia Annual, e um igual numero de leigos. Dos membros leigos da uma Conferencia Annual um póde ser prégador local.

Os representantes clérigos serão eleitos dos membros clérigos da Conferencia Annual: *com tanto que*, taes representantes tiverem sido prégadores itinerarios durante pelo menos quatro

annos calendarios immediatamente precedendo á sua eleição, e estejam em connexão plena com a Conferencia Annual quando fôrem eleitos, e tambem no tempo da sessão da Conferencia Geral. Os representantes leigos serão eleitos da Conferencia Annual: *com tanto que*, taes representantes tenham vinte e cinco annos de idade e tenham sido membros da nossa Igreja pelo menos seis annos precedendo immediatamente o tempo de sua eleição e tambem no tempo da sessão da Conferencia Geral.

32. *Resp. 2.* Uma Conferencia Annual, tendo o direito segundo a segunda Regra Restrictiva a um delegado clérigo, não lhe será negado o privilegio de um delegado leigo, e este poderá ser um prégador local.

33. *Resp. 3.* Os ministros e os leigos deliberarão em um só corpo: mas a pedido da quinta parte dos membros

da conferencia os leigos e os clérigos votarão separadamente e não se passará nenhuma medida sem a concurrencia de maioria de ambas as classes de representantes.

34. *Resp. 4.* A Conferencia Geral se reunirá no mez de Abril ou Maio, de quatro em quatro annos perpetuamente, no lugar ou lugares marcados pela Conferencia Geral de tempos em tempos.

35. *Resp. 5.* Os Bispos ou a maioria de todas as Conferencias Annuaes, terão a autoridade para convocar uma Conferencia Geral, si julgarem necessario, a qualquer tempo.

36. *Resp. 6.* Quando uma Conferencia Geral é convocada, ella será constituída pelos delegados eleitos para a Conferencia Geral precedente, excepto quando uma Conferencia Annual preferir proceder a uma nova eleição. O lugar de reunião de uma Conferencia

Geral extraordinaria será aquelle fixado pela Conferencia Geral precedente.

37. *Resp.* 7. Os Bispos terão autoridade, quando julgarem necessario, para mudar o lugar marcado para a reunião da Conferencia Geral.

38. *Resp.* 8. A todo o tempo que se reunir a Conferencia Geral, será necessario a maioria dos representantes de todas as Conferencias Annuaes para fazer o quorum para conduzirem-se os trabalhos.

39. *Resp.* 9. Um dos Superintendentes Geraes presidirá na Conferencia Geral; mas no caso de não estar presente nenhum Superintendente Geral, a Conferencia Geral elegerá um presidente interino.

40. *Resp.* 10. A Conferencia Geral terá poderes plenos para crear regras e regulamentos para a nossa Igreja, sujeita ás seguintes limitações e restricções, a saber :

(1) A Conferencia Geral não póde revogar, alterar, ou mudar, os nossos artigos de Religião, nem estabelecer nenhum padrão ou regras de doutrina contrarios ao nosso systema de doutrinas já estabelecido e agora existente.

(2) Ella não poderá admittir mais do que um representante para cada dezoito membros da Conferencia Annual, nem permittirá um numero menor do que um para cada sessenta : *com tanto* que, todavia, si houver em alguma Conferencia Annual uma fracção de dous terços do numero marcado para a razão da representação, tal Conferencia Annual terá direito a mais um representante por esta fracção : *com tanto*, tambem, que a nenhuma Conferencia se negará o privilegio de dous representantes, um clérigo e um leigo.

(3) Ella não mudará nem alterará nenhuma parte ou regra do nosso

governo, de modo a acabar com a Episcopacia, ou destruir o plano da nossa Superintendencia Geral itineraria.

(4) Ella não revogará nem mudará as Regras Geraes das Sociedades Unidas.

(5) Ella não acabará com o privilegio de nossos ministros e prégadores de julgamento perante uma commissão, ou de uma appellação ; nem tão pouco acabará com o privilegio dos membros de julgamento perante a Igreja, ou uma commissão, e de uma appellação.

(6) Ella não poderá appropriar o producto da Casa Editora para nenhum fim a não ser em beneficio dos prégadores itinerarios, supernumerarios, jubilados e fatigados, suas mulheres, viúvas e filhos.

41. *Todavia*, si houver uma recomendação concurrente de tres quartos de todos os membros das diversas

•

Conferencias Annuaes, que estiverem presentes e votarem sobre tal recommendação, neste caso uma maioria de dous terços da Conferencia Geral seguinte bastará para alterar qualquer das restricções acima, excepto o primeiro artigo; e tambem toda a vez que tal alteração ou alterações tiverem sido recommendadas por dous terços da Conferencia Geral, logo que tres quartos dos membros de todas as Conferencias Annuaes concorram, como se disse acima, tal alteração ou alterações terão effeito; *com tanto* que quando qualquer regra ou regulamento fôr adoptado pela Conferencia Geral que, na opinião dos Bispos, seja inconstitucional, os Bispos poderão apresentar á Conferencia que passou semelhante regra ou regulamento as suas objecções, com as suas razões, por escripto; e si então a Conferencia Geral, pelo voto dos dous terços,

adherir á sua acção quanto á dita regra ou regulamento, tomará então o negocio o curso prescripto para alterar-se uma Regra Restrictiva, e si como tal passar affirmativamente, os Bispos annunciarão que tal regra ou regulamento fica tendo effeito desde esse tempo.

SECÇÃO II.

DAS CONFERENCIAS ANNUAES.

42. *Perg. 1.* De quem constará uma Conferencia Annual, e quaes são os regulamentos e os poderes a elle pertencentes ?

Resp. 1. Todos os prédadores itinerarios em connexão plena com ella, e quatro representantes leigos—um dos quaes pode ser prédador local—tomados do districto de cada presbytero presidente.

Resp. 2. Os membros leigos serão eleitos annualmente pelas Conferencias

Districtaes: *com tanto* que só poderá ser representante quem fôr de vinte e cinco annos de idade e tiver sido membro da Igreja pelo menos seis annos immediatamente precedendo á sua eleição.

Resp. 3. Os membros leigos terão voto em todos os negocios da Conferencia, excepto os que sejam de caracter ministerial.

Resp. 4. Todos os membros da Conferencia têm o dever de assistir ás suas sessões, excepto por impedimento de força maior. Todos os prédadores em experiencia e os que têm de ser admitidos a experiencia, assistirão tambem á sessão, mas elles não votarão sobre nenhuma questão, nem fallarão sem o consentimento da Conferencia.

43. *Perg.* 2. Quem marcará o numero e os limites das Conferencias Annuaes?

Resp. A Conferencia Geral.

44. *Perg. 3.* Quem marcará a época da sessão das Conferencias Annuaes ?

Resp. Os Bispos ; mas elles permitirão a cada Conferencia Annual reunir-se pelo menos por uma semana.

45. *Perg. 4* Quem determinará os lugares da reunião das Conferencias Annuaes ?

Resp. Cada Conferencia Annual marcará o lugar da sua reunião, mas si tornar-se necessario, por alguma causa imprevista, mudar o lugar depois de fixado pela Conferencia, uma maioria dos Presbyteros Presidentes, com o consentimento do Bispo que tem de presidir, terá o poder para effectuar esta mudança.

46. *Perg. 5.* Quem presidirá ás Conferencias Annuaes ?

Resp. Os Bispos. Na ausencia de um Bispo, a Conferencia elegerá um presidente por votação, sem debate, de entre os presbyteros itinerarios. O presidente

assim eleito desempenhará todos os deveres de um Bispo, exceptuando a ordenação.

47. *Perg. 6.* Qual é a norma dos trabalhos n'uma Conferencia Annual ?

Resp. Far-se-hão as seguintes perguntas :

1. Quaes são os admittidos á experiencia ?

2. Quaes continuam em experiencia ?

3. Quaes os descontinuados ?

4. Quaes são os recebidos em plena connexão ?

5. Quaes os readmittidos ?

6. Quaes são os recebidos por transferencia de outras conferencias ?

7. Quaes são os diaconos de um anno ?

8. Que prédadores itinerarios são eleitos diaconos ?

9. Que prédadores itinerarios são ordenados diaconos ?

[3]

10. Que prédadores locais são eleitos diaconos ?

11. Que prédadores locais são ordenados diaconos ?

12. Que prédadores itinerarios são eleitos presbyteros ?

13. Que prédadores itinerarios são ordenados presbyteros ?

14. Que prédadores locais são eleitos presbyteros ?

15. Que prédadores locais são ordenados presbyteros ?

16. Quaes são os localisados este anno ?

17. Quaes são os supernumerarios ?

18. Quaes são os jubilados ?

19. Que prédadores morreram durante o anno passado ?

20. Todos os prédadores estão irreprehensíveis na sua vida e administração official ?

21. Qual é o numero de prédadores locais e membros nos differentes

circuitos, estações e missões da Conferencia ?

22. Quantas crianças se baptizaram este anno ?

23. Quantos adultos se baptizaram este anno ?

24. Qual é o numero de Escolas Dominicaes ?

25. Qual é o numero de professores de Escolas Dominicaes ?

26. Qual é o numero de alumnos das Escolas Dominicaes ?

27. Qual é a somma necessaria para os prégadores jubilados, e para as viuvvas e orphãos de prégadores ?

28. Que somma foi arrecadada para este fim e como se dispoz d'ella ?

29. Que somma foi contribuida para missões ?

30. Quaes são as estatisticas de instrucção ?

31. Onde terá lugar a proxima sessão da Conferencia ?

32. Onde estão collocados os prégadores este anno ?

48. *Perg 7.* Qual é a norma recomendada para o exame da vida e da administração official dos prégadores ?

Resp. 1. A conferencia procederá de portas abertas excepto si, por votação, ella ordenar o contrario.

Resp. 2. Chama-se o nome de cada prégador, e o seu Presbytero Presidente ou outro qualquer membro da Conferencia diga si ha ou não queixa contra elle. Si não houver, elle que se retire, e a Conferencia poderá indagar mais minuciosamente a seu respeito, e deixará passar o seu character sem votação.

Resp. 3. Si houver alguma queixa, e o prégador tiver sido avisado d'ella, que se denuncie á Conferencia, e se dê ao accusado o privilegio de defender-se. Retirar-se-ha então elle, e a Conferencia

determinará por votação si se deve ou não deixar passar o seu character.

Resp. 4. Si fôr necessario um processo, elle será corrido de conformidade com as provisões de Cap. VII, Sec. II.

Resp. 5. Mas si a queixa fôr inteiramente por causa de falta habitual na administração official, e qualquer membro da Conferencia fizer objecção a passagem do seu character, sómente por esta falta, a pergunta, “Deverá passar o seu character?” será feita expressamente sobre esse ponto. E si a maioria da Conferencia recusar passar o seu character porque elle não é irreprehensivel na administração official, a Conferencia lhe concederá uma locação honrosa : *todavia*, si o delinquente desejar ser provado durante mais um anno (fazendo confissão appropriada), e promette, si posto a experiencia por mais um anno, cumprir com os seus deveres a esse respeito, a

Conferencia pode o empregar durante mais um anno, e dos resultados d'esse anno dependerá a sua restauração ou locação absoluta.

Resp. 6. Os nomes de quaesquer que tenham sido expulsos ou suspensos, ou que tenham se retirado da Igreja, serão mencionados na Acta.

49. *Perg. 8.* Que outro negocio se trará nas Conferencias Annuaes ?

Resp. 1. Que cada Conferencia Annual organize uma Junta Conferencial de Instrucção e indague sobre o estado e character de todas as instituições de instrucção que estejam ao seu cuidado, e sobre os melhores methodos de promover os seus interesses, e, sendo necessario, augmentar o seu numero.

Resp. 2. Cada Conferencia Annual receba conta de todos os edificios de igreja, casas para pastores, e mais propriedades da Igreja, dentro dos seus limites, e veja que os mesmos estiverem

legalmente pertencentes á Igreja Methodistista Episcopal, do Sul, conforme ás provisões da Disciplina.

Resp. 3. Cada Conferencia Annual examine os registros das Conferencias Districtaes.

Resp. 4. Cada Conferencia Annual nomeie commissões para examinar no Curso de Estudo prescripto pelos Bispos para os Candidatos ao ministerio. As commissões examinadoras exercerão o seu lugar por quatro annos.

Resp. 5. Cada Conferencia Annual tenha um registro para as suas Actas, guardado por um Secretario escolhido para este fim : este registro deverá ser assignado pelo Presidente e pelo Secretario, e uma cópia do mesmo mandada á Conferencia Geral, na sua proxima reunião.

Resp. 6. O Secretario de cada Conferencia Annual remetterá ao Editor

de Livros, na Casa Editora, respostas correctas e por extenso ás trinta e duas perguntas ácima, para serem inseridas na Acta Geral, de conformidade com as fórmias lá adoptadas.

SECÇÃO III.

DAS CONFERENCIAS DISTRICTAES.

50. *Perg. 1.* Quaes são as instrucções dadas concernentes ás Conferencias Districtaes ?

Resp. 1. Terá lugar annualmente no Districto de cada Presbytero Presidente, uma Conferencia Districtal. A época será fixada pelo Presbytero Presidente, e o lugar pela conferencia, mas si se tornar necessario, por alguma causa imprevista, mudar o lugar depois de fixado pela Conferencia, o Presbytero Presidente terá poder para fazer esta mudança.

Resp. 2. A Conferencia Districtal constará de todos os prégadores no

Districto, itinerarios e locais, inclusive os prégadores jubilados (quer residentes dentro ou fóra dos limites das Conferencias Annuaes ás quaes pertencem), e de leigos, cujo numero e o seu modo de eleição, cada Conferencia Annual poderá determinar por si mesma.

Resp. 3. Um Bispo, ou na sua ausencia, o Presbytero Presidente tomará a presidencia ; e na ausencia de ambos, a Conferencia elegerá um presidente.

Resp. 4. A Conferencia elegerá um secretario, que guardará um registro de todos os seus actos.

Resp. 5. A Conferencia terá o dever de indagar especialmente a condição dos differentes cargos no Districto:

(1) Quanto ao seu estado espiritual, e a observancia dos ritos e das reuniões sociaes da Igreja.

(2) Quanto ás missões dentro do Districto, onde podem-se estabelecer

novas, ou que missões devem ser elevadas a circuitos ou estações.

(3) Quanto ás Escolas Dominicaes, e a maneira de as conduzir, e quanto á educação em geral.

(4) Quanto aos seus systemas de finanças, suas contribuições á Igreja, e a condição das casas de culto e de residencia dos pastores.

(5) Quanto á maneira em que se tem guardado os registros das Conferencias Trimensaes.

Resp. 6. A Conferencia Districtal, por escrutinio, elegerá annualmente quatro delegados do Districto para a seguinte Conferencia Annual: *com tanto* que nenhum membro da Conferencia Annual tome parte nesta votação.

Resp. 7. Nestas Conferencias far-se-ha sobresahir os exercicios religiosos, taes como a prégação, as reuniões de oração, as festas de caridade, e a administração dos sacramentos.

SECÇÃO IV.

DAS CONFERENCIAS TRIMENSAES.

51. *Perg. 1.* De quem constará uma Conferencia Trimensal ?

Resp. De todos os prédadores itinerarios e locaes, inclusive os jubilados residentes dentro do circuito ou estação (quer dentro quer fóra dos limites das Conferencias Annuaes a que pertencem), com os exhortadores, os economos, os depositarios, que são membros da Igreja, e os guias de classe dos respectivos circuitos, estações e missões, juntos com os superintendentes das Escolas Dominicaes, que são membros da Igreja, e os secretarios das Conferencias da Igreja, e nenhum outro.

52. *Perg. 2.* Onde e quando reunir-se-ha cada Conferencia Trimensal ?

Resp. Quatro vezes no anno, nos lugares marcados pela Conferencia, e nos

tempos designados pelo Presbytero Presidente. Mas o Presbytero Presidente e o prégador em cargo terão autoridade, quando julgarem necessario, para mudar o lugar.

53. *Perg. 3.* Quem presidirá á Conferencia Trimensal ?

Resp. O Presbytero Presidente, ou na sua ausencia, o prégador em cargo.

54. *Perg. 4.* Qual é a norma de trabalhos de uma Conferencia Trimensal ?

Resp. 1. Receber e julgar appellações e ouvir queixas.

Resp. 2. Velar sobre os interesses das Escolas Dominicaes e a educação das crianças, eleger superintendentes para as Escolas Dominicaes, na quarta Conferencia Trimensal de cada anno, por indicação do pastor em cargo.

Resp. 3. Tomar conhecimento de todos os prégadores e exhortadores no circuito, estação, ou missão, e indagar

anualmente sobre as aptidões, trabalhos e utilidade de cada um por seu nome.

Resp. 4. Processar, suspender, expulsar, ou absolver qualquer prégador local no circuito, estação ou missão, contra o qual tiver havido alguma accusação.

Resp. 5. Dar licenças a pessoas adequadas para prégar ou exhortar; e renovar as suas licenças annualmente, quando, na sua opinião, as suas aptidões, graças e utilidade forem garantias para a renovação. Todos os votos para licenciar os prégadores serão tomados em escrutinio.

Resp. 6. Recommendar candidatos apropriados á Conferencia Annual para receberem ordem de diaconos ou presbyteros na connexão local, e para admissão na connexão itineraria: *contanto*, que ninguem será recomendado á Conferencia Annual para

admissão á experiencia, ou para ordenação, sem primeiro ser aprovado pela Conferencia Trimensal no exame do Curso de Estudo prescripto pelo Bispo para taes candidatos. Todos os votos para recommendar prégadores para admissão á experiencia, ou para readmissão na connexão itineraria, ou para receberem ordem de diaconos ou presbyteros, serão tomados em escrutinio. Nenhuma recommendação de uma Conferencia Trimensal a uma Conferencia Annual terá valor depois da proxima sessão de Conferencia Annual que se seguir á concessão de tal recommendação.

Resp. 7. Eleger depositarios e economos, de conformidade com a Disciplina, para o circuito, estação ou missão: e de entre os economos, escolher um Economo Registrador e um Economo Districtal.

Resp. 8. Velar para que todas as

suas Actas sejam fielmente guardadas pelo Secretario da Conferencia, e devidamente assignadas pelo Presidente e pelo Secretario, para serem registradas pelo Economo Registrador em um livro guardado por elle para este fim.

55. *Perg. 5.* Que norma seguirá a Conferencia Trimensal nos seus trabalhos ?

Resp. Depois do culto religioso haja, a chamada do rol, e façam-se as perguntas seguintes :

1. Ha alguma appellação ?
2. Ha alguma queixa ?
3. Ha relatorio por escripto do pastor em cargo sobre o numero e estado das Escolas Dominicaes e da instrucção religiosa das crianças ?
4. Ha relatorio por escripto do prégador em cargo sobre o estado geral da Igreja ? (Este relatorio deve abranger os nomes dos que foram baptisados, ou de qualquer modo admittido na

Igreja, dos que morreram, foram transferidos, se retiraram, ou foram expulsos durante o trimestre.)

5. Quaes foram as quantias votadas, e as definitivamente arrecadadas para este cargo durante o anno passado ?

6. Que quantia foi votada pela junta de Economos para o sustento do pregador em cargo (e seu auxilia) para este anno? (1 ou 2.)

7. Que quantias foram apropriadas para este cargo pelos Economos Districtaes? (1 ou 2).

(1) Para o Presbytero Presidente ?

(2) Para os Bispos ?

(3) Para os pensionados da Conferencia ?

8. Que somma foi arrecadada neste trimestre para o sustento do ministerio e como foi applicada ?

[Faça-se a resposta a esta pergunta abranger sómente a somma levantada

e paga ao Presbytero Presidente e aos pré-gadores].

9. Qual foi a collecta neste trimestre para outros fins ?

10. Ha pedido de licença para pré-gar ou exhortar ?

11. Quaes são os eleitos para preencher as vagas na junta de Depositarios ?

12. O que se está fazendo em favor das missões ?

13. O que se está fazendo em favor da instrucção ? (2)

14. Têm-se lido as Regras Geraes ?

15. Ha um Registro da Igreja e um registro das Conferencias da Igreja ? Tem-se cuidado d'elles devidamente ? (3).

[A Conferencia fará que se produzirem estes registros, e os examinará].

16. Os pré-gadores locaes e os exhortadores têm soffrido exame de character, e suas licenças foram renovadas ? (3 ou 4).

[4]

17. Ha pedido de recommendação á Conferencia Annual pedindo admissoão á experiencia para a connexão itineraria, ou para readmissão ? (4).

18. Que prégadores locaes são recommendados á Conferencia Annual para receber ordens ? (4)

19. Quaes são os eleitos Economos para o anno Conferencial que segue ? (4).

20. Quem é eleito Economo Registrador ? (4).

21. Quem é eleito Economo Districtal ? (4).

22. Quaes são os eleitos superintendentes das Escolas Dominicaes ? (4).

23. Ha relatorios dos Depositarios dos bens da Igreja ? (4).

24. Quaes são as estatisticas para serem apresentadas á Conferencia Annual ? (4).

25. Ha alguma miscellanea a tratar-se?

26. Onde se reunirá a proxima Conferencia Trimensal ?

[NOTA. As perguntas seguidas de algarismos devem ser feitas na Conferencia Trimensal indicada pelos numeros].

SECÇÃO V.

DAS CONFERENCIAS DA IGREJA.

56. *Perg.* Que instrucções se dão a respeito das Conferencias da Igreja ?

Resp. Todos os membros da Igreja, e membros residentes da Conferencia Annual, se reunirão uma vez por mez, ou nos circuitos pelo menos de tres em trez mezes, toda a vez que fôr marcada, para celebrar uma Conferencia da Igreja, sobre a qual presidirá o pastor em cargo. Ella poderá ter lugar em qualquer tempo mais conveniente para reunir maior numero de membros: mas si fôr no Domingo, ella não interromperá o culto publico da manhã.

Resp. 2. Eleger-se-ha um secretario annualmente na primeira sessão que se

seguir á Conferencia Annual. Este registrará as actas, e escreverá em um livro, que devolverá á Conferencia Trimensal, todas as estatisticas que a Disciplina requer que sejam dadas á Conferencia Annual. Elle dará entrada em ordem chronologica, em um registro permanente, os nomes por extenso de todos que se unirem á Igreja, mencionando o tempo e o modo de recepção e de disposição de cada um, fazendo distincção entre presbyteros locaes, diaconos, e prégadores, pessoas brancas, de côr e indios, e fará um registro permanente de todos os baptisados e casamentos havidos na congregação, e fornecerá o pastor com uma lista alphabetica dos membros da Igreja.

Resp. 3. Far-se-ha a chamada do rol em todas as sessões, a não ser ordenado o contrario, e a Conferencia poderá riscar os nomes de qualquer que por motivos de mudança ou outra

causa não tenha sido visto por mais de doze mezes: *com tanto* que si tal membro apparecer e desejar ser enlistado de novo, elle poderá ser recebido pelo voto da Conferencia.

Resp. 4. O seguinte é proposto como uma norma dos trabalhos: `

I. Receber relatorios.

1º Dos prégadores sobre os seus trabalhos desde a ultima sessão.

2º Dos guias de classes.

3º Das Escolas Dominicaes.

4º Do economo ou economos da Igreja.

II. A Conferencia indagará:

1º O que se está fazendo em soccorro dos pobres da Igreja?

2º Esta Igreja está fazendo o seu dever pela causa das missões, e outras empresas da Igreja e pelas collectas prescriptas pela Conferencia Annual?

3º Nossa litteratura religiosa é circulada e lida? .

4º A Igreja póde estender o seu trabalho estabelecendo mais reuniões de oração, Escolas Dominicaes, ou de qualquer outro modo?

5º Póde-se fazer mais alguma coisa para fortificar e fazer crescer a Igreja na communidade, ou para adiantar a causa de Christo?

Resp. 5. Si a observação desta ordem de trabalhos protrahir a sessão além de limites razoaveis, o presidente póde, de tempos em tempos, escolher os assumptos mais importantes e tratar d'estes.

Resp. 6. Que se abra e encerre a Conferencia da Igreja com serviço religioso e toda ella seja celebrada em espirito religioso e de oração.

Resp. 7. O secretario da Conferencia da Igreja terá o dever de apresentar o rol da Igreja e o registro da Conferencia da Igreja á terceira Conferencia Trimensal para serem examinados.

CAPITULO III.

OS MINISTROS E OFFICIAES DA IGREJA.

SECÇÃO I.

DO JULGAMENTO D'AQUELLES QUE ACHAM-SE
MOVIDOS PELO ESPIRITO SANTO
PARA PRÉGAR.

57. *Perg.* Como julgaremos aquelles que professam ser movidos pelo Espírito Santo para prégar ?

Resp. Façam-se-lhes as seguintes perguntas :

1. Elles reconhecem em Deus um Deus que perdôa ? Têm elles o amor de Deus no seu coração ? Elles não desejam outra cousa senão Deus ? A sua conversação é sempre santa ?

2. Têm elles aptidão (assim como graça) para este trabalho ? Têm elles

(em gráo bastante elevado) um entendimento claro e são, um juizo recto das cousas de Deus, uma justa concepção da salvação pela fé ? Elles fallam correcta e claramente e com facilidade ?

3. Mostram elles fructo ? Tem alguem sido realmente convencido de peccado e convertido a Deus pela sua pregação ?

Desde que estes tres signaes concorram em uma pessoa nós o aceitamos como chamado por Deus para prégar. Recebemos estes como prova sufficiente de que elle é movido pelo Espirito Santo.

SECÇÃO II.

DA ELEIÇÃO E CONSAGRAÇÃO DO BISPO E DOS SEUS DEVERES.

58. *Perg. 1.* Como se deve constituir um Bispo ?

Resp. Por eleição da Conferencia Geral, e pela imposição de mãos de

tres Bispos, ou pelo menos de um Bispo e dous presbyteros.

59. *Perg. 2.* Si por morte, expulsão ou outro qualquer motivo, não restar nenhum Bispo na nossa Igreja, o que se fará ?

Resp. A Conferencia Geral elegerá um Bispo; e os presbyteros ou tres quaesquer d'elles, que fôrem escolhidos pela Conferencia Geral para este fim, o ordenarão de conformidade com a nossa fórma de ordenação.

60. *Perg. 3.* Quaes são os deveres de um Bispo ?

Resp. 1. Presidir ás Conferencias Geraes e Annuaes.

Resp. 2. Fixar os lugares de trabalho dos pré-gadores nas Conferencias Annuaes : *com tanto* que não poderá deixar nenhum pré-gador ficar no mesmo circuito ou estação mais de quatro annos successivos; exceptos os pré-gadores estacionados no Key West,

Conferencia de Florida, os Agentes de Livros e Editores autorizados pela Conferencia Geral, o Secretario da Junta das Missões, os prégadores super-numerarios e jubilados, os missionarios entre os Indios e no estrangeiro, os capellões nas prisões do Estado e estações militares, aquelles prégadores que fôrem nomeados para trabalhar especialmente entre os marinheiros e para a Sociedade Biblica Americana, e os presidentes, chefes, e professores nos seminarios de instrucção, que estão ou venham a estar sob a nossa superintendencia; e tambem, quando a Conferencia Annual lhe pedir, nomear um prégador por um periodo excedente de quatro annos para qualquer seminario de instrucção não debaixo da nossa jurisdicção. Elles terão autoridade para nomear, a pedido da Conferencia Annual, um agente, cuja occupação seja viajar aos limites da

dita Conferencia com o fim de estabelecer e auxiliar Escolas Dominicaes, e distribuir pamphletos; e tambem para nomear um agente ou agentes em beneficio das nossas instituições litterarias.

Resp. 3. Escolher os Presbyteros Presidentes, fixar seus lugares de trabalho e mudal-os, quando o julgar necessario: *com tanto* que elle não poderá deixar nenhum presbytero presidir no mesmo Districto mais de quatro annos seguidos.

Resp. 4. Mudar, receber e suspender prégadores nos intervallos das Conferencias, segundo a necessidade exigir e como ensina a Disciplina.

Resp. 5. Ordenar os Bispos, presbyteros e deaconos; vêr que se dê entrada aos nomes das pessoas ordenadas por elles nos livros da Conferencia.

Resp. 6. Decidir todas as questões de lei que se apresentarem no correr

de uma Conferencia Annual: *com tanto* que estas questões sejam apresentadas por escripto, e com as suas decisões, registradas nos livros da Conferencia. Quando um Bispo tiver decidido uma questão da lei, a Conferencia terá o direito de determinar até que ponto a lei assim decidida ou interpretada é applicavel ao caso vigente. Uma Conferencia Annual terá o direito de appellar de taes decisões á Corporação dos Bispos, cuja decisão neste caso será final. E nenhuma decisão episcopal terá autoridade salvo no caso vigente, nem se publicará nenhuma tal sem primeiro ter sido approvada pela Corporação dos Bispos. E cada Bispo dará um relatorio por escripto á Corporação dos Bispos, em uma sessão annual reunida por elles, das decisões dadas por elle, subseqüentes a ultima reunião ; e todas essas decisões, depois de approvadas pela Corporação dos

Bispos, serão registradas em uma forma permanente, e publicadas da maneira que os Bispos quizerem adoptar; e depois de assim approvadas, registradas e publicadas, ellas terão interpretações e construcções autoritarias da lei.

Resp. 7. Ouvir e decidir appellações da Conferencia Trimensal em questões de lei, quando estiver presidindo a alguma Conferencia Annual, e a questão contida na appellação, junta com a decisão do Bispo, será registrada nos livros da Conferencia Annual.

Resp. 8. Ver que os Districtos sejam formados segundo o que elle julgar melhor: *com tanto* que nenhum Districto poderá ter mais de vinte cargos.

Resp. 9. Dividir um circuito, estação, ou missão em dous ou mais quando julgar necessario.

Resp. 10. Viajar durante o anno, até onde fôr praticavel, pelos Districtos dos Presbyteros Presidentes que se

acham incluídos no seu Districto Episcopal, para prégar e superintender os negocios espirituaes e temporaes da Igreja.

SECÇÃO III.

DOS PRESBYTEROS PRESIDENTES.

61. *Perg. 1.* Quaes são os deveres de um Presbytero Presidente?

Resp. 1. Viajar pelo seu Districto para prégar e superintender os negocios espirituaes e temporaes da Igreja.

Resp. 2. Na ausencia do Bispo tomar encargo de todos os prégadores itinerarios e locaes e os exhortadores no seu Districto.

Resp. 3. Mudar, receber e suspender os prégadores no seu Districto nos intervallos das Conferencias, e na ausencia do Bispo, como ensina a Disciplina.

Resp. 4. Presenciar, sempre que possivel, as reuniões trimensaes, e

convocar os membros da Conferencia Trimensal, sobre a qual elle presidirá.

Resp. 5. Decidir todas as questões de lei que se apresentarem no correr da Conferencia Trimensal quando submettidas a elle por escripto, sujeita a sua decisão a uma appellação para o Presidente da proxima Conferencia Annual; mas em todos os casos a applicação da lei será pela Conferencia Trimensal, que registrará nos seus livros todas essas questões e decisões.

Resp. 6. Velar para que todas as partes da Disciplina sejam observadas no seu Districto ; promover, por todos os meios apropriados, a causa das Missões e as Escolas Dominicaes, e a publicação pelas nossas imprensas de pamphletos e livros para as Escolas Dominicaes; indagar cuidadosamente em cada Conferencia Trimensal si as regras a respeito da instrucção das crianças têm sido observadas com

fidelidade; si o prégador a cargo administra os sacramentos, celebra as Conferencias da Igreja, promove a disciplina moral e cuida das collecções marcadas para o seu cargo ; e referir á Conferencia Annual os nomes de todos os prégadores itinerarios delinquentes dentro do seu Districto.

Resp. 7. Estar ás ordens dos Bispos quando presentes no seu Districto, e dar-lhes, quando ausentes, toda a informação necessaria, por carta, sobre o estado do seu Districto.

Resp. 8. Dirigir os candidatos para o Ministerio naquelles estudos recomendados pelos Bispos.

Resp. 9. Obter da quarta Conferencia Trimensal estatisticas completas de cada cargo, para serem referidas á Conferencia Annual, no caso que o prégador a cargo deixar de fazer o seu relatorio, e apresentar os registros de suas Conferencias do Districto á

Conferencia Annual para serem examinados.

Resp. 10. Si qualquer prégador se ausentar do seu circuito, 'o Presbytero Presidente proverá, sempre que possível, um outro prégador em substituição.

62. *Perg. 2.* Um Presbytero Presidente terá poder de empregar um prégador que tenha sido rejeitado pela Conferencia Annual anterior?

Resp. Não, salvo si a Conferencia lhe tiver dado liberdade para isso sob certas condições.

SECÇÃO IV.

DOS PRÉGADORES A CARGO DE CIRCUITOS,
ESTAÇÕES, OU MISSÕES.

63. *Perg.* Quaes são os deveres de um prégador que tem a seu cargo um circuito, estação, ou missão?

Resp. 1. Receber, julgar e expulsar membros, conforme as provisões da Disciplina.

Resp. 2. Nomear todos os guias anualmente, e mudal-os quando julgar necessario.

Resp. 3. Ver que todos os ritos e regulamentos da Igreja sejam devidamente observados, e que as Regras Geraes sejam lidas pelo menos uma vez por anno em cada congregação.

Resp. 4. Ver que haja um jejum em cada congregação dentro do seu Districto na sexta-feira precedente a cada sessão trimensal e que nestas occasiões se faça uma pratica apropriada, onde fôr possivel.

Resp. 5. Convocar as Conferencias Trimensaes na ausencia do Presbytero Presidente.

Resp. 6. Fazer uma reunião dos guias e economos do seu cargo uma vez por semana, si fôr possivel, para receber os seus relatorios.

Resp. 7. Apresentar a cada Conferencia Trimensal os nomes de todos

que têm sido admittidos para a Igreja e de todos que morreram, se mudaram, se retiraram, ou foram expulsos d'ella durante o trimestre precedente e dar um relatorio sobre a condição geral de sua estação, circuito, ou missão.

Resp. 8. Prestar contas do seu cargo todos os trimestres ao seu Presbytero Presidente.

Resp. 9. Ver que a todas as pessoas dentro dos limites do seu cargo sejam devidamente fornecidos os nossos livros e periodicos.

Resp. 10. Ter um protocollo com as residencias de todos os membros quando isto seja preciso para facilitar as visitas pastoraes.

Resp. 11. Deixar ao seu successor um relatorio especial do seu cargo, incluindo uma lista dos assignantes aos nossos periodicos.

Resp. 12. Ver que haja um registro no qual se entrarão os nomes, com a

época e a maneira de recepção e de despedida de todas as pessoas pertencentes a Igreja na sua estação, circuito, ou missão, fazendo distincção entre os presbyteros, os diaconos e prégadores locais, as pessoas brancas, de côr e os Indios; e dar uma relação á Conferencia Annual do numero de cada classe que esteja a seu cargo na occasião de sua sessão.

Resp. 14. Promover todos os interesses das Juntas das Missões da nossa Igreja, do modo pelo qual a Disciplina ou a Conferencia Annual designar; e referir á Conferencia as sommas arrecadadas durante o anno nos limites do seu cargo a favor d'esses interesses, assim como a somma de contribuições recebidas por elle para a Sociedade Biblica Americana.

Resp 15. Apresentar uma relação a cada sessão da Conferencia Trimensal do numero e do estado das Escolas

Dominicaes ; e annualmente ás Conferencias Trimensaes e Annuaes, para ter entrada nas suas respectivas actas, uma relação do numero das Escolas Dominicaes, dos alumnos, professores, superintendentes, e dos livros das Escolas Dominicaes no seu circuito, estação, ou missão.

Resp. 16. Prégar sobre o assumpto da educação christã, e instar com os pais sobre a importancia de educar seus filhos, aconselhando-os a proteger, tanto quanto possivel, aquellas instituições de instrucção sob o auspicio da nossa Igreja.

Resp. 17. Dar a cada Conferencia Annual um relatorio por escripto sobre a condição de todos os pensionarios da Conferencia dentro do seu cargo pastoral para ser submettido á Junta Geral de finanças.

Resp. 18. Fornecer a cada pessoa que se retira do seu cargo um certificado

do teor seguinte: O portador, A. B., tem sido membro aceitavel da Igreja Methodista Episcopal do Sul, na Estação de C. (circuito, ou missão), na Conferencia D.

Este certificado não terá valor depois de doze mezes—a menos que o portador não apresente boas razões por não tel-o produzido mais cedo—e o portador será considerado como tendo se retirado da Igreja. Um membro apresentando um certificado será responsavel pela sua conducta á Sociedade que receber o certificado, desde a data d'este.

SECÇÃO v.

DA ADMISSÃO DE PRÉGADORES EM EXPERIENCIA.

64. *Perg.* Como será um prégador admittido em experiencia para a conexão itineraria ?

Resp. 1. Pela Conferencia Annual. No intervallo da Conferencia elle póde

ser recebido e empregado no trabalho por um Bispo, ou pelo Presbytero Presidente do Districto, até a sessão da Conferencia.

Resp. 2. Ninguém será admittido em experiencia sem primeiro receber uma recommendação da Conferencia Trimensal do seu circuito, estação ou missão; nem se lançarão votos para admittir membro nenhum candidato que não tenha sido approved no exame do Curso de Estudo prescripto pelos Bispos, perante uma commissão nomeada pela Conferencia para este fim.

Resp. 3. A Conferencia Annual poderá então admittil-o como noviço, pelo voto da maioria. Note-se! Esta relação de estar em experiencia abrange os requisitos de um pastorado competente, e deve-se applicar tanto ás boas aptidões para administração como á habilidade aceitavel para prégação.

Uma pessoa em experiencia póde ser descontinuada por falta de aptidão em qualquer d'estes respeitos, sem com isto fazer-lhe injustiça alguma ; do contrario não seria experiencia.

SECÇÃO VI.

DA ADMISSÃO DE PREGADORES A CONNEXÃO PLENA.

65. *Perg. 1.* Quem será admittido para a Conferencia em connexão plena?

Resp. 1. Ninguém senão o prégador que tiver sido empregado durante dous annos successivos no trabalho itinerario regular (começando a contar a data desde a sua admissão em experiencia na Conferencia Annual), e que tiver sido approved pela Conferencia Annual.

Resp. 2. Antes de qualquer prégador ser admittido a connexão plena, elle deverá ter sido approved no exame sobre o Curso de Estudos

prescripto pelos Bispos para os candidatos ao ministerio ; e em nenhum caso se lançarão votos para admittir qualquer que não tenha sido recommendado pela commissão examinadora.

Resp. 3. Um missionario empregado n'uma missão no estrangeiro póde ser admittido a connexão plena, si fôr recommendado pelo superintendente da missão onde trabalha, sem ser necessario estar presente á Conferencia Annual para exame.

66. *Per. 2.* Que regra seguimos na admissão de um prégador á connexão plena com a Conferencia ?

Resp. Depois de um jejum solemne e de oração, far-se-ha a cada candidato, perante a Conferencia, as seguintes perguntas (e quaesquer outras que se julgarem necessarias), a saber: “Tendes fé em Deus? Estais caminhando para a perfeição? Esperais vos tornar perfeito na caridade nesta

vida? Estais aneando por isso? Estais resolvido a dedicar-vos inteiramente a Deus e á sua obra? Estais prompto a vos conformar com a Disciplina da Igreja? Ensinareis diligentemente as crianças em toda a parte? Visitareis de casa em casa? Recomendareis o jejum ou abstinencia, tanto por preceito como por exemplo? Estais endividado de maneira a vos comprometter?

Estais prompto a observar especialmente os seguintes preceitos?

1. Ser diligente. Nunca estar ocioso. Nunca estar occupado com bagatellas. Nunca perder tempo; nem gastar mais tempo em um lugar do que será necessariamente indispensavel.

2. Ser pontual. Fazer tudo justamente na hora. Não emendar as nossas regras, mas guardal-as; não pelo temor do castigo, mas por obrigação de consciencia.

3. Agir em todas as cousas não segundo a vossa vontade, mas como um filho do evangelho. E' por tanto do vosso dever empregar o vosso tempo da maneira que mandarmos ; em prégar, reunir-vos com as classes, visitar de casa em casa, especialmente visitar os enfermos ; em leitura, meditação e oração. Sobre tudo, si trabalhais connosco na vinha do Senhor, é necessario que façais aquella parte do trabalho que nós aconselharmos, nos tempos e lugares que nós julgamos ser mais para a sua gloria.

Si elle der respostas satisfactorias a estas perguntas, a Conferencia, por voto de maioria, poderá admittil-o á connexão plena.

SECÇÃO VII.

DOS DIACONOS ITINERARIOS.

67. *Perg. 1.* Como é constituido um diacono ?

Resp. 1. Pela eleição de uma maioria na Conferencia Annual, e pela imposição de mãos de um Bispo.

Resp. 2. Antes de qualquer pré-gador itinerario ser ordenado diacono, elle deverá ser approvado no exame do Curso de Estudos prescripto pelos Bispos para os candidatos ao ministerio; e em nenhum caso se votará em alguem para receber ordens de diacono sem uma recommendação prévia da commissão examinadora.

68. *Perg. 2.* Qual será o tempo de probação de um pré-gador itinerario para o officio de diacono ?

Resp. Ninguem será assim eleito e ordenado que não tenha estado dous annos no trabalho itinerario regular, excepto os que forem escolhidos pelo Bispo para o trabalho missionario, com cujo caso a Conferencia Annual terá autoridade para elegend-os para o officio de diacono mais cedo, si a Conferencia

julgal-o conveniente : *com tanto* que si elle tiver sido prégador local durante tres annos successivos, e em experiencia no trabalho itinerario por um anno consecutivo aos tres primeiros, elle poderá ser eleito para o officio de diacono, obtendo a approvação da Conferencia.

69. *Perg. 3.* Quaes são os deveres de um diacono itinerario ?

Resp. 1. Administrar o baptismo, e solemnizar o rito do matrimonio, na ausencia do presbytero.

Resp. 2. Ajudar o presbytero na administração da Ceia do Senhor.

Resp. 3. Desempenhar todos os deveres de um prégador itinerario.

SECÇÃO VIII.

DOS PRESBYTEROS ITINERARIOS.

70. *Perg. 1.* Como é constituído um presbytero ?

Resp. 1. Por eleição de uma maioria da Conferencia Annual e pela imposição

de mãos de um Bispo e de alguns dos presbyteros presentes.

Resp. 2. Antes de qualquer prégador itinerario ser ordenado presbytero, elle deverá ter sido aprovado no exame do Curso do Estudo préscripto pelos Bispos para os candidatos ao ministerio, e em nenhum caso se lançarão votos para eleger alguém para as ordens de presbytero sem primeiro ser elle recommendado pela commissão examinadora.

71. *Perg. 2.* Qual será o tempo de probação de um diacono itinerario para o officio de presbytero ?

Resp. Qualquer diacono itinerario exercerá esse officio por dous annos antes que possa ser eleito ao officio de presbytero, exceptos os missionarios em cujo caso a Conferencia Annual terá autoridade para eleger ao officio de presbytero mais cedo, si a Conferencia julgar isso conveniente: *com tanto* que si um prégador tem sido

diacono local por tres annos successivos, e como ministro itinerario em experiencia por um anno logo em seguida, elle poderá ser eleito ao officio de presbytero, desde que obtenha a approvação da Conferencia Annual. *Todavia*, si um prégador já passou o seu exame e foi eleito para receber ordens de diacono, porém deixou de ser ordenado por falta de Bispo, o tempo de contagem para a sua elegibilidade começa desde a sua eleição para o officio de diacono.

72. *Perg. 3.* Quaes são os deveres de um presbytero itinerario?

Resp. 1. Administrar o baptismo e a Ceia do Senhor, solemnizar o rito de matrimonio, e desempenhar todos os misteres do culto divino !

Resp. 2. Desempenhar todos os deveres de um prégador itinerario.

73. *Perg. 4.* O que se deverá fazer no caso de missionarios e prégadores

indigenas no estrangeiro onde não houver Conferencia Annual ?

Resp. O Bispo encarregado da missão terá autoridade para ordenar ao officio de diacono e de presbytero mediante uma recommendação dos missionarios superintendentes e residentes; ou, si não houver estes, á sua discrição.

SECÇÃO IX.

DOS PRÉGADORES SUPERNUMERARIOS.

74. *Perg.* O que é um prégador supernumerario ?

Resp. 1. Um prégador supernumerario é aquelle que está inhabilitado por doença de prégar constantemente, mas está disposto a fazer qualquer trabalho no ministerio que o Bispo mande e que elle possa fazer.

Resp. 2. A relação de supernumerario não será concedida por uma Conferencia Annual, sem a recommendação

de uma Commissão sobre as Relações da Conferencia, consistindo de ao menos sete membros nomeados pela Conferencia para a qual se tiver feito tal appellação. Nem tão pouco, a dita commissão, no dar a sua decisão, levará em consideração cousa alguma a não ser inhabilitação pessoal do supplicante: *comtanto* que no caso da dita commissão não recommendar favoravelmente, a Conferencia póde, por voto de não menos de tres quartas partes dos membros presentes, conceder tal petição.

Resp. 3. Um prégador supernumerario que se recusa ao trabalho que lhe for assignado, excepto por doença ou outra qualquer causa inevitavel, não terá licença de exercer as funcções do seu cargo, nem de prégar entre nós; todavia, a decisão final do caso será com a Conferencia Annual de que elle é membro, a qual terá poder de absolver,

[6]

suspender, locar, ou expulsal-o, conforme o caso.

SECÇÃO X.

DOS PRÉGADORES JUBILADOS.

75. *Perg.* O que é um prégador jubilado ?

Resp. 1. Um prégador jubilado é aquelle que ficou inutilisado no serviço itinerario.

Resp. 2. A relação de jubilado não será concedida por uma Conferencia Annual, sem a recommendação de uma Comissão sobre as Relações da Conferencia, consistindo de pelo menos sete membros, nomeados pela Conferencia para a qual se tiver feito tal appellação. Nem tão pouco, a dita commissão, no dar a sua decisão, levará em consideração outra cousa a não ser esta questão, a saber: O supplicante foi realmente inutilisado no serviço itinerario? *Todavia* no caso

que a dita commissão não dê recommendação favoravel, a Conferencia póde, por voto de não menos de tres quartas partes dos membros presentes, conceder tal petição.

Resp. 3. Um prégador jubilado, morando fóra dos limites da Conferencia de que é membro, será responsavel á Conferencia Annual em cujos limites elle residir, a qual terá o poder de julgar, absolver, suspender, ou expulsal-o da mesma maneira como si elle fosse membro da dita Conferencia.

SECÇÃO XI.

DOS PRÉGADORES LOCAES.

76. *Perg. 1.* Quaes são as instrucções dadas a respeito de autorisar pessoas para prégar?

Resp. 1. A Conferencia Trimensal terá autoridade para dar licenças a pessoas adequadas de prégar, e para renovar annualmente as suas licenças,

quando, na sua opinião, ás suas aptidões. graças e utilidade são garantias para a renovação.

Resp. 2. Ninguém poderá receber licença de prégar sem a recomen-
dação da Igreja de que é membro, ou
da reunião dos guias do cargo a que
pertence. Nem será ninguém licenci-
ado para prégar sem primeiro ser
examinado na Conferencia Trimensal
sobre o assumpto de doutrinas e da
disciplina, e ter dado evidencia satis-
factoria do seu conhecimento nos
ramos ordinarios de uma educação in-
gleza (portugueza); nem será valida
nenhuma licença sem a assignatura
do Presidente e do Secretario da Con-
ferencia.

77. *Per. 2.* Qual será o tempo de
probação de um prégador local para o
officio de diacono?

Resp. Um prégador local poderá
ser eleito ao officio de diacono depois

que tiver prégado quatro annos começando do tempo em que recebeu uma licença em regra, e que tiver obtido uma recommendação da Conferencia Trimensal, sobre um exame appropriado de um Curso de Estudos prescripto pelos Bispos como preparatorio ás ordens de diacono, assignada pelo Presidente e Secretario, e que tiver precedentemente passado em exame o seu character e tiver obtido a approvação da Conferencia Annual: *contanto* que si elle tiver sido prégador local tres annos successivos e em seguida no serviço itinerario um anno em experiencia, elle poderá ser eleito ao officio de diacono mediante uma approvação da Conferencia Annual.

78. *Perg. 3.* Qual será o tempo de probação de um diacono local para o officio de presbytero ?

Resp. Um diacono local poderá ser eleito presbytero depois que tiver

prégado quatro annos do tempo em que foi ordenado diacono, e tiver obtido uma recommendação da Conferencia Trimensal, sobre um exame appropriado de um Curso de Estudos prescripto pelos Bispos como preparatorio ás ordens de presbytero ; e o facto de ter passado approved neste exame será referido na recommendação, que será assignada pelo Presidente e Secretario da Conferencia. Elle apresentará á Conferencia Annual esta recommendação, com uma nota certificando a sua crença na doutrina e disciplina da nossa Igreja — sendo tudo examinado pela Conferencia Annual; no caso de approvação, elle poderá ser ordenado: *contanto* quasi elle tiver sido diacono local tres annos successivos, e em seguida no serviço itinerario um anno em experiencia, elle poderá ser eleito ao officio de presbytero mediante uma approvação da Conferencia Annual.

79. *Perg. 4.* Que outras instrucções se dão concernentes aos prédadores locais ?

Resp. 1. Será do dever dos prédadores locais ajudar o predador a cargo do circuito, estação ou missão, a que pertencem, ministrando a palavra ao povo. Consequentemente logo que um predador a cargo entra no seu trabalho, elle dirigir-se-ha a elles para dizerem que serviços elles podem e estão promptos a fazer; elle poderá então fazer um plano pelo qual regular-se-hão os seus trabalhos; e elles terão autoridade para formar novas congregações, fazer uma lista dos nomes de todos os candidatos á admissão na Igreja, e si conveniente fôr, recebê-los para a Igreja: *comtando*, que todas essas congregações, esses candidatos e membros sejam logo referidos ao predador a cargo, para que fiquem immediatamente sob o seu cuidado pastoral;

e elles darão um relatório por escripto á quarta Conferencia Trimensal sobre a extensão e o resultado dos seus trabalhos.

Resp. 2. Todo o presbytero, diacono e licenciado local, terá o seu nome registrado nos livros da Conferencia Trimensal de que elle é membro.

Resp. 3. Quando um prégador itinerario é localisado elle será responsavel á Conferencia Trimensal do ultimo cargo occupado por elle, até que elle apresente o seu certificado de locação a alguma outra Conferencia Trimensal.

Resp. 4. Quando um presbytero, diacono, ou licenciado local, se muda de um circuito, estação, ou missão, para um outro circuito, estação, ou missão, elle obterá do Presbytero Presidente do Districto, ou do prégador a cargo, um certificado de sua posição official na Igreja no tempo da sua mudança; sem o qual elle não será

recebido como prégador local nos outros lugares.

Resp. 5. Um prégador que receba um certificado de locação ou de sua posição official, e deixe de apresentar o mesmo a alguma Conferencia Trimensal dentro do prazo de seis mezes depois da data do tal certificado, não será reconhecido prégador local na nossa Igreja, a menos que não satisfaça a Conferencia Trimensal, á qual elle se dirigir, de que a falta foi inevitavel.

SECÇÃO XII.

SOBRE O RECEBER DOS MINISTROS DE OUTRAS IGREJAS.

80. *Perg.* 1. Como receberemos aquelles ministros das outras Igrejas christãs que queiram se unir connosco ?

Resp. 1. Os ministros de outras Igrejas que queiram se unir connosco como prégadores locaes, podem ser

recebidos por uma Conferencia Trimensal, dando satisfação de que são pessoas aptas ; mas elles não poderão desempenhar as funcções peculiares de diaconos ou presbyteros antes de suas ordens serem reconhecidas pela Conferencia Annual ; *comtanto* que o Bispo póde, á sua discrição, permittir a ministros assim recebidos o exercicio das funcções de diacono ou presbytero até a sessão da Conferencia Annual.

Resp. 2. Depois de uma tal recepção e de uma recommendação da Conferencia Trimensal, a Conferencia Annual, si ficar satisfeita quanto a terem elles recebido ordens e estarem de accordo comnosco em doutrina e disciplina, e tambem quanto ás suas aptidões, graça e utilidade, pode os reconhecer incontinentemente sem a reimposição de mãos, com a condição d'elles tomarem sobre si os nossos votos de ordenação.

Resp. 3.—Os ministros de outras Igrejas, reconhecidos diaconos ou presbyteros, que queiram se unir connosco como prédadores itinerarios, podem ser admittidos como diaconos ou presbyteros á plena connexão por uma Conferencia Annual: *contanto* que a Conferencia fique satisfeita quanto ás suas aptidões, graça e utilidade, e de seu accordo connosco em doutrina e disciplina, com a condição de tomarem sobre si os nossos votos de ordenação, sem a reimposição de mãos.

Resp. 4. Quando um ministro tiver sido recebido e reconhecido em ordens, elle receberá um certificado, assignado por um dos nossos Bispos, do teor seguinte, a saber :

Por esta certifico que
foi admittido á Conferencia
como prédador itinerario (ou foi recebido como prédador local no Circuito.....), tendo sido elle ordenado

diacono (ou presbytero conforme o caso) de conformidade com a practica da Igreja....., da qual tem sido até agora membro e ministro; e elle fica por esta autorizado a exercer as funcções pertencentes ao seu officio na Igreja Methodist Episcopal do Sul, por todo o tempo que a sua vida e conversação fôrem taes como convém ao evangelho de Christo.

Em fé do que passei a presente certidão, que vae sellada e rubricada de meu proprio punho, em, aos dias de, no anno de Nosso Senhor

SECÇÃO XIII.

DOS EXHORTADORES.

81. *Perg. 1.* Quaes são as instrucções dadas concernentes ao licenciar de pessoas para exhortar?

Resp. 1. A Conferencia Trimensal terá autoridade para licenciar pessoas

adequadas para exhortar, e para renovar annualmente as suas licenças quando, na sua opinião, suas aptidões, graça e utilidade são garantias para a renovação.

Resp. 2. Ninguém será licenciado para exhortar sem uma recommendação da Igreja de que elle é membro, ou da reunião dos guias do cargo a que elle pertence; nem será valida nenhuma licença sem a assignatura do Presidente da Conferencia.

82. *Perg. 2.* Quaes são os deveres de um exhortador?

Resp. Fazer reuniões para oração e exhortação sempre que se offerecer a oportunidade, sujeito á direcção do pastor a cargo.

83. *Perg. 3.* Que outras instrucções se dão a respeito de exhortadores?

Resp. 1. Que cada exhortador exerça diligentemente as funcções do seu officio, sem assumir as de um prédgador.

Resp. 2. Todo o exhortador, em virtude do seu officio, será membro da Conferencia Trimensal do cargo a que pertence; mas em todos os outros casos elle será tratado como um membro particular da Igreja.

Resp. 3. Quando um exhortador se mudar de um circuito, estação, ou missão para um outro circuito, estação, ou missão, elle só será reconhecido como tal si tiver obtido um certificado do seu character official do Presbytero Presidente do Districto, ou do prégador a cujo cargo elle pertencia no tempo da sua mudança.

SECÇÃO XIV.

DOS GUIAS DA CLASSE.

84. *Perg.* 1. Como se hão de eleger os guias da classe ?

Resp. O prégador a cargo os elegerá; o qual nomeará uma pessoa em cada classe para ser o seu guia.

85. *Perg. 2.* Quaes são os regulamentos a respeito dos guias da classe?

Resp. 1. Que elles sejam homens de intelligencia esclarecida e verdadeiramente dedicados a Deus.

Resp. 2. Que cada um d'elles seja examinado pelo prégador a cargo, pelo menos trimensalmente, quanto ao seu methodo de guiar a sua classe.

Resp. 3. E' do dever dos guias: (1) Verem cada pessoa de sua classe uma vez por semana pelo menos, para indagara prosperidade de suas almas; aconselhar, reprehender, confortar, ou exhortar como exigir a occasião; receber o que cada um quer dar em beneficio dos prégadores, da Igreja e dos pobres. *

(2.) Encontrarem-se com os ministros e os economos, da sociedade uma vez por semana, para

* Esta parte se refere ás cidades e villas onde os pobres são em geral numerosos e as despezas da Igreja consideraveis.

Informarem o ministro de qualquer enfermo, ou de qualquer que esteja portando-se mal e não quer se emendar.

Pagarem aos economos o que elles têm recebido de suas differentes classes na semana precedente.

SECÇÃO XV.

DOS ECONOMOS.

86. *Perg. 1.* Como devem os economos ser nomeados ?

Resp. O prégador a cargo poderá fazer a nomeação, sujeita á confirmação ou rejeição da Conferencia Trimensal.

87. *Perg. 2.* Quaes são as instrucções concernentes aos economos ?

Resp. 1. Que os economos sejam homens de piedade firmada, que conheçam e amem a doutrina e disciplina methodista e dotados de habilidade natural e adquirida para attender aos negocios temporaes da Igreja.

Resp. 2. Será do dever dos economos fazer orçamento de despesas e provisão para o sustento do evangelho; guardar uma conta exacta de todo o dinheiro, ou outra provisão, ajuntado para o sustento do ministerio; dar uma relação exacta de todas as despesas feitas, quer no sustento do ministerio, quer em auxilio aos enfermos e pobres; procurar os necessitados e afflictos para alliviar e confortal-os; informar aos prégadores de qualquer enfermo ou desencaminhado; fazer vêr aos prégadores o torto que elles acham nelles; estar presentes ás reuniões officiaes e ás conferencias trimensaes; dar conselho, si se lhes pedir, no traçar do circuito; estar presentes ás commissões para applicação de dinheiro a Igrejas; dar conselhos em materia de arbitramento; prover os elementos para a Ceia do Senhor; nomear alguém, quando fôr preciso, para receber as

[7]

contribuições para o sustento do ministerio e outros fins, e haver de cada cobrador assim nomeado o dinheiro arrecadado por elle, para d'elle se dar conta á Conferencia Trimensal; fazer collectas trimensaes em todas as congregações, si fôr necessario, e escrever circulares ás sociedades para serem mais liberaes, si fôr preciso; e tambem fazel-as saber opportunamente o estado financeiro da Igreja, como é relatado á Conferencia Trimensal.

Resp. 3. Os economos de cada circuito ou estação constituem uma comissão permanente (onde não ha casa de residencia para os pastores) para prover casas para as familias de préga-dores, ou ajudal-os em buscar casas para si quando são nomeados para trabalhar entre elles.

88. *Perg. 3.* A quem são os economos responsaveis pela fiel observancia dos seus deveres ?

Resp. A' Conferencia Trimensal, que tem o poder de demittil-os do seu cargo.

89. *Perg. 4.* Qual será o numero de economos em cada circuito ou estação ?

Resp. 1. Cada cargo pastoral terá direito a um economo por cada trinta membros, eleito annualmente: *todavia* cada sociedade em um circuito pode ter um economo, e cada circuito ou estação pelo menos sete.

Resp. 2. Quando dous ou mais circuitos ou estações são unidos, os economos continuarão no seu cargo até que a primeira Conferencia Trimensal eleja uma nova Junta.

90. *Perg. 5.* Quaes são as obrigações de um Economo Registrador ?

Resp. Conservar as actas da Conferencia Trimensal, e apresentar á Junta Geral de Finanças da Conferencia Annual um relatorio, dando uma descripção completa dos actos da sua Junta

de Economos no anno precedente, e apresentar o mesmo á Conferencia Trimensal, e á Conferencia do Districto, para exame.

91. *Perg. 6.* Quaes são as obrigações do Economo do Districto ?

Resp. Estar presente á reunião dos Economos do Districto com o fim de orçar as despesas de ordenado e de viagem do Presbytero Presidente, e dividir esta quantia e outras quaesquer que tem de ser arrecadadas no Districto, entre os diversos cargos, e dar um relatorio de tudo isto á Conferencia Trimensal e á Junta de Economos.

SECÇÃO XVI.

DOS DEPOSITARIOS.

92. *Perg. 1.* Como serão nomeados os depositarios ?

Resp. 1. Excepto onde as leis do Estado ou Territorio dispôr de modo diverso, o prégador a cargo, ou, na sua

ausencia, o Presbytero Presidente, terá o direito de nomeação, sujeita á confirmação ou rejeição da Conferencia Trimensal.

Resp. 2. Depositarios de propriedade do Districto poderão ser nomeados pela Conferencia Trimensal do circuito ou estação onde estiver tal propriedade; ou si n'uma cidade, onde ha dous ou mais cargos pastoraes, pela Conferencia Trimensal que o Presbytero Presidente designar. O Presbytero Presidente terá o direito de nomeação, sujeita á confirmação ou rejeição da Conferencia Trimensal.

93. *Perg. 2.* Quaes são as instrucções concernentes aos depositarios ?

Resp. 1. Os depositarios de nossas casas para residencia dos pastores, nossas igrejas, escolas, collegios e universidades devem ter pelo menos vinte e um annos, devem todos ser membros da nossa Igreja, quando puderem se

arranjar pessoas capazes; de outro modo uma terça parte de cada Junta pode ser eleita de entre os de fóra.

Resp. 2. Qualquer vaga, na Junta dos Depositarios, occasionada por morte, resignação, ou outra causa será preenchida sem demora.

Resp. 3. Que sejam nomeados nove depositarios para tomarem conta da propriedade da Igreja, quando se possam obter pessoas capazes; do contrario sete, cinco, ou tres, os quaes elegerão o seu presidente, secretario, e thezoureiro.

Resp. 4. A Junta ou Juntas de Depositarios de cada circuito, estação, ou missão, serão responsaveis á Conferencia Trimensal do mesmo circuito, estação, ou missão, a qual terá poder para demittir qualquer do seu cargo ; e serão obrigadas a apresentar um relatorio dos seus actos, uma vez por anno pelo menos, á Conferencia

Trimensal. Quando uma Conferencia Trimensal nomeie uma Junta de Depositarios do Districto, tal Junta terá as mesmas relações em todos os respeitos para com a Conferencia que a nomeou.

Resp. 5. Quando dous ou mais circuitos ou estações forem unidos, a Junta dos Depositarios será considerada dissolvida por esta acção; e a Conferencia Trimensal do novo circuito ou estação nomeará uma Junta de Depositarios segundo as provisões da *Resp. 1 á Perg. 1.* d'esta secção.

Resp. 6. Nenhuma pessoa que é depositario será expulsa enquanto ella é co-fiadora de dinheiro, a menos que não se lhe conceda o auxilio que seja exigido ou o que acceite o credor.

CAPITULO IV.

OS MEMBROS DA IGREJA.

SECÇÃO I.

SOBRE O RECEBER DE MEMBROS PARA A IGREJA.

94. *Perg.* Como se devem receber membros para a Igreja ?

Resp. 1. Quando se offerecerem pessoas candidatos á admissão na Igreja, o prégador a cargo indagará a sua condição espiritual, e recebê-los-ha para a Igreja quando tiverem dado provas satisfactorias do seu desejo de fugir á ira vindoura e de ser salvos dos seus peccados; e tambem, da genuinidade de sua fé, e de sua boa disposição de seguir as regras da Igreja.

Resp. 2. Quando estiver satisfeito quanto a esses pontos, o ministro trará os candidatos diante da congregação,

quando fôr isso possível, e recebel-os-ha então de conformidade com a fórmula prescripta.

Resp. 3. Si um membro em boas relações com outra qualquer Igreja desejar se unir connosco, tal candidato póde, dando respostas satisfactorias ás perguntas usuaes, ser recebido sem estas formalidades.

SECÇÃO II.

DAS CRIANÇAS DA IGREJA.

Cousas que devem ser attendidas pelo prégador a cargo no seu relatorio escripto á Conferencia Trimensal sobre a instrucção pastoral das crianças.

95. *Perg.* Quaes são as instrucções dadas concernentes ás crianças da Igreja ?

Resp. 1. O ministro instruirá e exhortará diligentemente aos pais para

que dediquem os seus filhos ao Senhor pelo baptismo o mais cedo possível.

Resp. 2. Nas suas visitas pastoraes dará elle especial attenção ás crianças ; fallando-lhes pessoalmente e com bondade sobre a religião experimental e practica, segundo a sua capacidade ; orará fervorosamente por ellas, e fará com que ellas sejam ensinadas a natureza, o designio, os privilegios e as obrigações do seu baptismo.

Resp. 3. Logo que ellas comprehendam as responsabilidades resultantes de uma publica profissão de fé em Christo, e dêem provas de uma determinação sincera e zelosa de tomar sobre si as mesmas, o ministro as reconhecerá devidamente como membros da Igreja, de conformidade com as provisões da Disciplina.

Resp. 4. Os nossos catechismos sejam usados o mais que possível tanto nas Escolas Dominicaes como nas

familias ; e os ministros com fidelidade façam ver aos pais e professores nas Escolas Dominicaes a grande importancia de instruir as crianças nas doutrinas e deveres da nossa sancta religião.

Resp. 5. Será com especialidade do dever dos prégadores formar classes biblicas onde puderem, para instruir as crianças já maiores e a mocidade, e onde não possam superitendel-as pessoalmente, nomear professores adequados para este fim.

CAPITULO V.

DA TEMPERANÇA.

96. *Perg.* O que se fará para exterminar o grande mal da intemperança ?

Resp. 1. Que todos os nossos prédicadores e membros observem fielmente a nossa Regra Geral que proíbe “a embriaguez, ou o beber vinhos alcohólicos, excepto em caso de necessidade.”

Resp. 2. Em caso de embriaguez a Disciplina seja administrada como caso de immoralidade ; sendo a embriaguez um crime expressamente prohibido na palavra de Deus. Em casos de beber, excepto por necessidade, a Disciplina seja administrada como por imprudencia ou conducta impropria.

Resp. 3. Que todos os nossos prédicadores e membros se abstenham de

fabricar ou vender bebidas alcoholicas que se uzam para se beberem; e si qualquer um se occupar nessa fabricação ou venda, a Disciplina seja administrada como por caso de conducta imprudente ou impropria.

CAPITULO VI.

OS MEIOS DE GRAÇA.

SECÇÃO I.

DO CULTO PUBLICO.

97. *Perg. 1.* Quaes são as instruções dadas para haver uniformidade no culto publico ?

Resp. 1. O culto da manhã será feito na seguinte ordem :

- (1) Canto—a congregação em pé.
- (2) Oração—a congregação de joelhos.
- (3) Leitura de uma lição tirada do Velho Testamento e uma outra do Novo.
- (4) Canto—a congregação sentada.
- (5) Pregação.

(6) Canto—a congregação em pé.

(7) Oração—a congregação de joelhos.

(8) A Benção.

Resp. 2. O culto da tarde e da noite será o mesmo que o da manhã, excepto que uma ou ambas as lições podem ser omittidas, á discrição do ministro.

Resp. 3. A Ceia do Senhor será servida mensalmente em todas as congregações, onde fôr possível; e onde não fôr, em cada reunião trimensal. O serviço religioso precedendo a ceia deve ser regulado de maneira a deixar o tempo devido para este solemne rito.

Resp. 4. Que se faça uso da Oração do Senhor em todas as occasiões de culto publico no fim da primeira oração da manhã, a congregação repetindo-a com o ministro; e a benção apostolica (2 Cor., XIII, 14.) em despedir a congregação.

Resp. 5. O ritual será invariavelmente usado em todos os casos para que é prescripto.

98. *Perg. 2.* Como devemos acautelar-nos contra a formalidade no canto?

Resp. 1. Escolhendo hymnos proprios para a occasião.

Resp. 2. Não cantando muito de uma vez ; raras vezes mais de cinco ou seis versos.

Resp. 3. Escolhendo musica adequada ás palavras.

Resp. 4. Interrompendo bastantes vezes no fim dos versos, e perguntando ao povo : “Sabeis, agora, o que acabais de dizer ? Não fallastes mais do que sentis ?”

Resp. 5. Que se faça o povo em todas as nossas congregações aprender a cantar e usar do nosso livro de Hymnos e Musica.

Resp. 6. Exhortai a todos que cantem e não uma pessoa em dez.

SECÇÃO II.

DAS REUNIÕES DE ORAÇÃO.

99. *Perg.* Quaes são as instrucções dadas a respeito das reuniões de oração ?

Resp. 1. O pastor celebrará reuniões de oração, semanalmente, em todas as igrejas onde fôr possível; e quando elle próprio não póde assistil-as, que mande prégadores locaes, exhortadores, guias da classe, e outros para dirigil-as.

Resp. 2. Que se façam reuniões de oração em outros lugares tambem onde houver probabilidade de resultar o bem.

SECÇÃO III.

DAS FESTAS DE CARIDADE.

100. *Perg. 1.* Quaes são as instrucções dadas a respeito das festas de caridade ?

Resp. 1. Celebrar-se-hão as festas de caridade trimensalmente, ou em

[8]

outra qualquer occasião que o prégador julgar conveniente, com portas fechadas, para as quaes poderão ser admittidas, além dos membros da Igreja, outras pessoas sérias.

Resp. 2. Em dirigir a festa de caridade, depois de cantar-se e offerecer-se oração, o prégador poderá fazer uma curta prelecção, mostrando a natureza e o fim d'esta instituição; todas as pessoas presentes então participam de um pouco de pão e agua em signal de amor fraternal; os membros então farão breves exposições de sua experiencia religiosa; e encerrar-se-ha a reunião com cantico e oração.

101. *Perg. 2.* Quantas vezes devemos admittir extranhos ás nossas festas de caridade.

Resp. Não se deve admittil-os senão com a maior precaução; e a mesma pessoa, de modo nenhum, mais de duas ou tres vezes, senão se tornar membro.

SECÇÃO IV.

DAS REUNIÕES DA CLASSE.

102. *Perg. 1.* Quaes são as instruções dadas concernentes ás reuniões da classe ?

Resp. 1. Os irmãos de cada igreja sejam divididos em grupos menores, chamados classes, conforme as suas moradias; e que todos os membros sejam exhortados a assistir ás reuniões das mesmas.

Resp. 2. Duas ou mais classes podem se reunir na mesma ocasião e no mesmo lugar, segundo a sua vontade, e os seus guias podem alternar em dirigir os exercicios.

Resp. 3. O pastor visitará cada classe trimensalmente, e referirá á Conferencia Trimensal a sua condição; e que elle convoque reuniões geraes tantas vezes quantas julgar convenientes.

103. *Perg. 2.* Póde-se fazer qualquer cousa para tornar mais aproveitaveis as reuniões da classe ?

Resp. 1. Mudem-se os guias não adequados.

Resp. 2. Que os guias visitem frequentemente as classes uns dos outros.

Resp. 3. Observemos quaes são os guias mais uteis; e façamol-os visitar outras classes o maior numero de vezes possivel.

SECÇÃO V.

DAS ESCOLAS DOMINICAES.

104. *Perg.* Quaes são as instrucções dadas a respeito das Escolas Dominicaes ?

Resp. 1. Que se formem Escolas Dominicaes em todas as nossas congregações onde se puderem reunir dez pessoas para este fim; e que se formem escolas-missionarias onde quer que fôr practicavel.

Resp. 2. Que todas as Escolas Dominicaes em connexão com as nossas congregações estejam sob a direcção da nossa Igreja; e que ellas usem os nossos Catechismos, livros de perguntas e a nossa litteratura periodica.

Resp. 3. A Conferencia Trimensal de cada circuito ou estação será uma Junta de Directores, cabendo-lhe a fiscalisação de todas as Escolas Dominicaes nos seus limites. Ella elegerá, na quarta Conferencia Trimensal de cada anno, por indicação do pastor a cargo, um superintendente para cada Escola Dominical ao seu cuidado: *todavia*, si se der uma vaga na superintendencia de qualquer Escola Dominical durante o intervallo da Conferencia Trimensal, o prégador a cargo nomeará um superintendente para servir até a reunião da proxima Conferencia Trimensal: *além disso*, tambem, o prégador a cargo nomeará um superintendente para

qualquer escola nova que seja organizada no intervallo das reuniões da Conferencia Trimensal.

Resp. 4. Será do dever do pastor a cargo de cada circuito e estação estar presente em todas as Escolas Dominicaes no seu cargo tantas vezes quantas puder, para catechizar as crianças, para prégar-lhes o maior numero de vezes possivel, exhortar-lhes para assistirem com regularidade ao culto religioso, ou que ellas sejam instruidas nas doutrinas e costumes da nossa Igreja, e velar pela prosperidade espiritual d'ellas como parte ao seu trabalho pastoral regular. Elle apresentará tambem á Conferencia Trimensal em cada uma das suas reuniões, para ser entrado nos seus livros, um relatorio por escripto sobre o numero e estado das Escolas Dominicaes ao seu cargo, e sobre a instrucção pastoral das crianças, e fará um relatorio igual á sua Conferencia Annual.

Resp. 5. Cada Conferencia Annual organizará uma Junta das Escolas Dominicaes, composta de um ministro e um leigo do Districto de cada Presbytero Presidente, a qual dará attenção especial aos interesses de todas as Escolas Dominicaes nos limites da Conferencia. A Junta se reunirá annualmente na mesma occasião e no mesmo lugar que a Conferencia Annual, e fará as vezes de uma Commissão das Escolas Dominicaes.

Resp. 6. Recommenda-se que se reuna uma Conferencia das Escolas Dominicaes no Districto de cada Presbytero Presidente, ou durante a sessão da Conferencia do Districto ou em alguma outra occasião durante o anno conferencial ; e será do dever do Presbytero Presidente fornecer de antemão um programma apropriado para o uso da dita Conferencia das Escolas Dominicaes.

Resp. 7. Recommenda-se também que se reuna uma Assembléa da Conferencia das Escolas Dominicaes annualmente nos limites da Conferencia, no tempo e lugar designados pela Junta da Conferencia das Escolas Dominicaes, e sob os regulamentos e o programma que a Junta determinar.

Resp. 8. A Conferencia Geral elegerá um Editor de Livros e Periodicos para as Escolas Dominicaes, o qual terá a superintendencia sobre todas as publicações pertencentes á Secção das Escolas Dominicaes. Elle residirá em Nashville, Tennessee. A Commissão das Escolas Dominicaes lhe fornecerá todo o auxilio clerical e editorial que fôr necessario.

Resp. 9. A Conferencia Geral elegerá uma Commissão de cinco pessoas, da qual o Editor das Escolas Dominicaes será presidente; esta Commissão, junta como o Agente de Livros e a

Commissão de Livros, proverá para a publicação dos livros e periodicos para as Escolas Dominicaes, e terá a superintendencia geral sobre os interesses das Escolas Dominicaes da Igreja.

Resp. 10. Que cada Escola Dominical, sempre que fôr praticavel, seja organizada em uma Sociedade Missionaria, auxiliar á Junta das Missões.

CAPITULO VII.

ADMINISTRAÇÃO DA DISCIPLINA.

SECÇÃO I.

JULGAMENTO DE UM BISPO.

105. *Perg. 1.* A quem é um Bispo responsavel pelo seu comportamento?

Resp. A' Conferencia Geral, que tem poder de expulsal-o por máo comportamento, quando julgal-o necessario.

106. *Perg. 2.* Que regulamento existe para o julgamento de um Bispo accusado de immoralidade no intervallo da Conferencia Geral?

Resp. 1. Quando um Bispo estiver sob censura, ou fôr accusado de immoralidade, tres presbyteros itinerarios procurarão a elle e indagarão com cuidado sobre o caso, e, si o julgarem culpado, elles referirão o negocio a um

outro Bispo; e será então do dever d'este reunir, em lugar conveniente, não menos de doze presbyteros itinerarios, e as testemunhas por quem a accusação terá de ser fundamentada; e os ditos presbyteros formarão uma commissão de investigação da accusação trazida contra o Bispo. E si dous terços d'elles verdadeiramente julgarem o accusado culpado, elles terão poder para suspendel-o até a seguinte Conferencia Geral.

Resp. 2. Nenhuma accusação contra um Bispo será attendida si não fôr dada por escripto e assignada por aquelles que tencionam sustental-a; e uma copia da mesma, com as especificações, será entregue ao accusado bastante tempo antes para habilital-o a fazer todo o preparativo necessario para a sua defeza.

107. *Perg. 3.* Si um Bispo deixar de viajar por entre o povo em geral,

continuará elle a exercer o seu officio episcopal entre nós, em qualquer gráo?

Resp. Si elle deixar de viajar, sem o consentimento da Conferencia Geral, elle não exercerá d'ahi em diante o officio episcopal na nossa Igreja.

SECÇÃO II.

JULGAMENTO DE UM PRÉGADOR ITINERARIO.

108. *Perg. 1.* A quem é responsavel um prégador itinerario pelo seu comportamento?

Resp. A' Conferencia Annual, que terá autoridade para julgar, absolver ou expulsal-o?

109. *Perg. 2.* O que se fará quando um prégador itinerario é accusado de immoralidade?

Resp. 1. Quando um presbytero itinerario ou diacono é accusado de algum crime expressamente prohibido na palavra de Deus, si fôr no intervallo da

Conferencia Annual, o Presbytero Presidente, no caso de ausencia do Bispo, reunirá tantos prégadores itinerarios quantos julgar elle necessario — pelo menos tres — e, si possivel, trazer o accusado. Si o accusado fôr claramente convencido de culpa, elle será suspenso até a seguinte Conferencia Annual. O Presbytero Presidente fará passar uma certidão de toda a investigação, assignada pelo Presidente e o Secretario, e transmittil-a-ha á Conferencia Annual, pela qual o caso será plenamente considerado e julgado.

Si o accusado fôr um Presbytero Presidente, tres quaesquer presbyteros itinerarios ou diaconos do seu Districto podem investigar o caso, e, si julgarem necessario, referir ao Bispo, o qual nomeará uma commissão de tres presbyteros pelo menos, de dentro dos limites da Conferencia Annual de que o accusado é membro; elle presidirá

tambem á investigação, ou então algum presbytero itinerario nomeado por elle; e o accusado, si estiver criminoso, será suspenso.

Si o accusado e o accusador não puderem comparecer um diante do outro, mas o supposto delinquente se esquivar da investigação, será isto recebido como prova presumivel de sua culpa; e por bocca de duas ou tres testemunhas elle será condemnado, e suspenso por consequente. Todavia, mesmo neste caso, a Conferencia Annual considerará e julgará todo o processo.

Resp. 2. Quando a accusação fôr feita durante a sessão da Conferencia Annual, ella será referida primeiro a uma commissão de tres presbyteros itinerarios para investigação, os quaes dirão a Conferencia si julgam ou não necessario um processo. Si a Conferencia differir de opinião da commissão

uma nova commissão será nomeada para investigar os factos e dar o seu parecer.

A commissão de investigação apresentado um caso para processo, produzirá o termo de accusação em forma propria, e nomeará um ou mais do seu numero para proseguir na accusação.

Qualquer processo será referido a uma commissão de não menos de nove, nem mais de treze, a qual na presença de um Bispo ou de um presidente, a quem o Presidente da Conferencia nomear, e um ou mais dos Secretarios da Conferencia, terá autoridade plena para julgar o caso; e a sua decisão será final, salvo o direito de appellação: *todavia*, será permittido ao accusado, por justos motivos allegados, rejeitar cinco em uma commissão de nove, ou sete em uma commissão de treze e na mesma proporção para outro qualquer numero. E a dita commissão fará um

relatorio fiel, por escripto, á Conferencia, e entregará ao Secretario uma copia registrada de todo o processo, com a decisão dada.

110. *Perg. 3.* O que se fará em casos de genios, palavras, ou acções inconvenientes ?

Resp. A pessoa delinquente será reprehendida pelo seu superior em officio. No caso de reincidencia, um, dous, ou tres ministros ou prégadores serão levados como testemunhas. Si elle então não se emendar, apresentar-se-ha uma accusação na proxima Conferencia Annual, e o accusado será julgado como no caso de immoralidade.

111. *Perg. 4.* O que se fará d'aquelles ministros ou prégadores que têm e espalham, publica ou particularmente, doutrinas contrarias aos nossos Artigos de Religião ?

Resp. Que se prosiga como no caso de immoralidade ; mas si o ministro

ou prégador delinquente prometter solemnemente não disseminar taes doutrinas erroneas, quer em publico quer em particular, elle será soffrido até que o seu caso seja apresentado á proxima Conferencia Annual, que decidirá o negocio.

112. *Perg. 5.* O que se fará quando se fizer queixa de que um prégador itinerario tem-se tornado tão inacceitavel, inefficiente ou mundano, a ponto de não ser de mais utilidade no seu trabalho?

Resp. 1. A Conferencia a que elle pertence investigará o caso, e si a queixa parecer bem fundada, e elle não der á Conferencia satisfação quanto ao se emendar ou voluntariamente se retirar, ella poderá localisal-o sem o seu consentimento.

Resp. 2. Elle terá liberdade para se defender perante a Conferencia elle em pessoa, ou pelo seu representante; e

[9]

si elle tiver sido localizado na sua ausencia, sem ter sido previamente avisado da intenção de um processo contra elle, elle poderá recorrer á Conferencia, na sua proxima sessão, para ser ouvido em sua defesa, e o negocio será considerado para este fim.

113. *Perg. 6.* O que se fará no caso de um prégador recusar-se ao trabalho que lhe fôr assignado ?

Resp. Nenhum deacono ou presbytero que deixa de viajar sem o consentimento da Conferencia Annual, certificado pela assignatura do Presidente da Conferencia, excepto em casos de doença, debilidade, ou outra circumstancia inevitavel, poderá, de modo nenhum, exercer as funcções particulares do seu officio, nem mesmo prégar entre nós; mas a decisão final em todos esses casos é com a Conferencia Annual.

Todavia, em todos os casos acima indicados de processos e julgamentos

será sempre permittida uma appellação para a Conferencia Geral, si a pessoa condemnada der a entender ao Presidente ou ao Secretario da Conferencia a sua tenção de appellar na occasião da sua condemnação, ou em qualquer tempo depois quando fôr d'ella informado.

SECÇÃO III.

JULGAMENTO DE UM NOVIÇO.

114. *Perg.* O que se fará com um prégador em experiencia accusado de immoralidade ?

Resp. Elle será responsavel á Conferencia Trimensal do circuito em que elle viaja. O Presbytero Presidente nomeará uma commissão de investigação, e seguir-se-ha o curso da disciplina feito e destinado para um prégador local debaixo da mesma accusação.

SECCÃO IV.

JULGAMENTO DE UM PRÉGADOR LOCAL.

115. *Perg. 1.* A quem é um pré-gador local responsavel pela sua conducta ?

Resp. A' Conferencia Trimensal, que terá poder para julgar, absolver, ou expulsal-o.

116. *Perg. 2.* O que se fará quando um pré-gador local fôr accusado de immoralidade ?

Resp. 1. Quando um pré-gador local é accusado de immoralidade, na falta de um termo de accusação assignado por um membro da nossa Igreja, o pré-gador a cargo nomeará uma comissão de tres membros da Igreja—prégadores locais, si se puder obtel-os—para investigar a accusação ; e si elles julgarem necessario um processo, fundamentarão um termo de accusação com especificação em fórmula legal ; e

escolherá um membro da Igreja para proseguir na accusação perante a seguinte Conferencia Trimensal: *comtanto* que uma copia da accusação com especificações seja entregue ao accusado bastante tempo antes do processo para permittil-o fazer todos os preparativos para a sua defeza.

Resp. 2. A commissão de investigação, em qualquer caso, fará um relatorio á Conferencia Trimensal; e si a Conferencia differir de opinião, uma nova commissão poderá ser eleita para informar-se dos factos e dar o seu parecer.

Resp. 3. A um prégador local, que tiver recebido aviso do Presbytero Presidente, ou do pastor a cargo, de que ha uma accusação contra elle, não se permittirá continuar a exercer as funcções do seu officio até que o caso seja apresentado e julgado pela Conferencia Trimensal.

Resp. 4. O Presidente da Conferencia Trimensal, no começo do processo, nomeará um Secretario, que tomará por escripto os auctos regulares do andamento do processo e as evidencias. Estes, depois de lidos e approvados, serão assignados pelo Presidente e tambem pelos membros presentes, ou por uma maioria d'elles, e a sentença da Conferencia Trimensal será pronunciada pelo Presidente.

117. *Perg. 3.* O que se fará no caso de genios, palavras, ou acções inconvenientes?

Resp. O delinquente será reprehendido pelo prégador a cargo. Em caso de reincidencia, um, dous, ou tres amigos fieis serão levados por testemunhas. Si elle então não se emendar, proceder-se-ha com elle como no caso de immoralidade; e, si fôr achado culpado e impenitente será expulso da Igreja.

118. *Perg. 4.* O que se fará d'aquelles prégadores locaes que têm e espalham, publica ou particularmente, doutrinas contrarias aos Artigos de Religião?

Resp. Que se prosiga como no caso de immoralidade.

119. *Perg. 5.* O que se fará quando um prégador local ou deacono é accusado de ter-se tornado tão inacceitavel ou inefficiente a ponto de não ser mais de utilidade no seu trabalho, e a Conferencia Trimensal recusar passar o seu caracter por esse motivo?

Resp. A proxima Conferencia Trimensal procederá a investigar o caso; e si parecer que a queixa é bem fundada, e elle não der á Conferencia satisfação quanto ao se emendar, ou voluntariamente se retirar, a Conferencia o pode demittir do Ministerio. Elle terá liberdade de se defender perante a Conferencia, elle em pessoa, ou

pelo seu representante. O Presidente da Conferencia Trimensal fará escrever os auctos do processo, os quaes, depois de lidos e aprovados, serão assignados por elle e por uma maioria dos membros da Conferencia.

Todavia, em todos os casos acima mencionados de processos e julgamentos será sempre permittida uma appellação para a proxima Conferencia Annual, si a pessoa condemnada revelar a sua tenção de appellar na occasião da sua condemnação, ou em qualquer tempo depois quando fôr d'ella informado.

SECÇÃO V.

JULGAMENTO DE UM MEMBRO.

120. *Perg. 1.* Como será julgado um membro que tenha sido accusado?

Resp. 1. Perante a Igreja de que elle é membro, ou um numero escolhido

dos membros, na presença do Bispo, presbytero, deacono, ou prégador, da maneira seguinte :

Quando um membro da Igreja é accusado de immoralidade, na falta de um termo de accusação, assignado por um membro da nossa Igreja, o prégador a cargo nomeará uma commissão de tres membros discretos, que investigará a accusação, e si julgarem necessario um processo, elles prepararão um termo de accusação e especificações, e nomeará um membro da Igreja para proseguir o caso.

Na apresentação de um tal termo de accusação, o prégador nomeará uma commissão de não menos de cinco, nem mais de treze, perante a qual o accusado será chamado a comparecer, e que terá poder para julgar o caso ; e si o accusado fôr achado culpado na opinião da maioria da commissão, o prégador o declarará suspenso ou

expulso. Todavia o prégador pode, á sua discrição, levar o caso ao conhecimento de toda a Igreja para esta julgal-o.

Uma copia da accusação e especificações será dada ao accusado bastante tempo antes do processo para habilital-o a se preparar para a sua defeza ; e no caso de um processo perante uma commissão lhe será permittido recusar dous em uma commissão de cinco, e na mesma proporção para qualquer outro numero, além de direito illimitado de rejeição de causa, de cuja validade julgará o official presidindo no processo.

O prégador a cargo presidirá no processo, e decidirá todas as questões de lei pertencentes ou originadas do caso. No principio do processo elle nomeará um Secretario que escreverá na acta todas as evidencias e o processo, a qual depois de lida e aprovada

será assignada pelo Presidente e Secretario. Si, depois de algum tempo de aviso, o accusado evitar o processo ausentando-se, proceder-se-ha como si elle estivesse presente. Não se rejeitarão testemunhas de fóra.

Resp. 2. Mas no caso de negligencia de deveres de qualquer especie, conducta impropria, ou de entregar-se a genio e palavras peccaminosas, ou por desobediencia á ordem e disciplina da Igreja: Primeiro, um prégador ou um guia reprehenderá em particular ; e si houver reconhecimento da falta, e promessa de emenda a pessoa será levada em paciencia; de outro modo, o prégador levará comsigo dous ou tres amigos fieis que se esforçarão para fazer o offensor voltar ao arrependimento ; mas si elle não lhes der ouvido e não houver signal de emenda, proceder-se-ha com o offensor como no caso de immoralidade.

Resp. 3. Si um membro da nossa Igreja procurar semear divisões em qualquer das nossas sociedades censurando as nossas doutrinas ou disciplina, tal delinquente será primeiro reprehendido pelo ministro ou prégador mais velho do seu circuito ; e si elle persistir na sua practica perniciosa, proceder-se-ha com elle como no caso de immoralidade.

121. *Perg. 2.* O que se fará no caso de disputas entre os membros da Igreja ?

Resp. 1. No caso de qualquer disputa entre dous ou mais membros da nossa Igreja, relativamente a pagamentos de dividas, ou a outra causa qualquer, na qual as partes interessadas não podem chegar a um accordo, o prégador a cargo se informará das circumstancias do caso ; e recommendará ás partes uma referencia, consistindo de um arbitro escolhido pelo auctor da queixa

e um pelo accusado, os quaes assim escolhidos nomearão um terceiro— sendo os tres arbitros membros da nossa Igreja.

Resp. 2. Mas si uma das partes não ficar satisfeita com o julgamento dado, essa parte pode appellar para a seguinte Conferencia Trimensal para um *segundo* arbitramento, em cujo caso cada parte escolherá dous arbitros, e os quatro arbitros escolherão um quinto,— o julgo da maioridade d'estes será final; e qualquer pessoa não querendo aceitar tal juizo será tratada como no caso de immoralidade.

Resp. 3. E si algum membro da nossa Igreja recusar, em casos de dividas e outras disputas, referir o caso a um arbitramento, recommendado por aquelle que tem a cargo o circuito, ou entrar em processo contra um outro membro antes de se tomarem essas medidas, elle será tratado como no

caso de immoralidade, a menos que o caso não seja de tal natureza que exija e justifique um processo legal.

Em todos os casos de suspensão ou expulsão o accusado terá o direito de appellação para a seguinte Conferencia Trimensal: *contanto* que elle mostre ao pastor a sua tenção de appellar, na occasião de sua condemnação, ou em qualquer tempo depois quando fôr d'elle officialmente informado.

CAPITULO VIII.

DAS APPELLAÇÕES.

SECÇÃO I.

APPELLAÇÃO DE UM PRÉGADOR ITINERARIO.

122. Em todos os casos será do dever do Secretario da Conferencia Annual guardar os documentos relativos a processos de membros, os quaes documentos sómente, em uma appellação da decisão de uma Conferencia Annual, serão apresentados á Conferencia Geral, como provas para o caso.

123. Quando se fizer alguma appellação e fôr ella concedida pela Conferencia Geral, será nomeada uma commissão consistindo de um delegado de cada Conferencia Annual, os quaes, na presença de um Bispo e de um ou

mais dos Secretarios da Conferencia Geral, terão pleno poder para julgar o caso; e a sua decisão será final. E a dita commissão fará um relatorio fiel á Conferencia Geral, por escripto, e entregará ao Secretario a escriptura de todo o processo, com a decisão dada.

124. Nenhum membro será nomeado para servir no caso de uma appellação quando elle já tiver servido na commissão que primeiro julgou o caso.

125. O appellante declarará pessoalmente ou por meio do seu representante (que deverá ser membro da Conferencia) os motivos da sua appellação, mostrando porque elle appella, e lhe será permittido fazer a sua defeza sem interrupção. Depois do que os representantes da Conferencia Annual, de cuja decisão é feita a appellação, terão liberdade de replicar em presença

do appellante, o qual terá o privilegio de replica, com o que terminarão as discussões de ambos os lados. Feito isto o appellante retirar-se-ha, e a commissão dará a sua decisão.

126. Nenhum ministro, depois d'esta fórma de processo e expulsão, será restaurado á communhão da Igreja sem dar primeiro prova satisfactoria de arrependimento, excepto si a Conferencia Annual reconhecer que elle estava innocente do crime pelo qual foi expulso; em cujo caso a Conferencia póde restaural-o á sua antiga posição.

SECÇÃO II.

APPELLAÇÃO DE UM PRÉGADOR LOCAL.

127. Quando ha uma appellação feita por um prégador local, e que é concedida pela Conferencia Annual, o Presidente nomeará uma commissão

[10]

de não menos de nove nem mais de treze, que terá poder pleno para julgar o caso; e a sua decisão será final.

128. Nenhum membro da Conferencia Trimensal que primeiro julgou o caso será nomeado para esta commissão.

129. A acta do processo na Conferencia Trimensal será apresentada a essa commissão, e servirá como unica evidencia no caso; e a dita commissão fará um relatorio fiel á Conferencia Annual, por escripto, e entregará ao Secretario a escriptura de todo o processo, com a decisão dada.

130. O appellanté declararará pessoalmente ou por meio do seu representante (que deverá ser membro da Conferencia), os motivos de sua appellação, mostrando porque elle appella; e lhe será permittido fazer a sua defeza sem interrupção. Depois do que o

representante da Conferencia Trimensal de cuja decisão elle appellou terá liberdade de replicar na presença do appellante, que terá o privilegio de treplicar, com o que terminarão de ambos os lados as discussões. Isto feito, o appellante retirar-se-ha, e a commissão dará a sua decisão.

SECÇÃO III.

APPELLAÇÃO DE UM MEMBRO.

131. Si houver murmuração ou queixa da parte de algum membro expulso, de que não se lhe fez justiça na Igreja ou commissão, elle terá direito de appellar para a seguinte Conferencia Trimensal.

132. Sendo feita a appellação e sendo ella concedida, o prégador a cargo apresentará a acta do processo á Conferencia Trimensal, pelo qual documento se decidirá o caso.

133. Nenhum membro da comissão do processo votará na appellação.

134. O appellante declarará pessoalmente ou por meio do seu representante (que deverá ser membro da Conferencia) os motivos de sua appellação, mostrando porque elle appella ; e lhe será permittido fazer a sua defeza sem interrupção. Depois do que os representantes da sociedade ou comissão de cuja decisão elle appellou, terão a liberdade de replicar em presença do appellante, que terá o privilegio de treplicar, com que terminarão as discussões de ambos os lados. Isto feito, o appellante retirar-se-ha e a maioria dos membros da Conferencia Trimensal presente darão a decisão final do caso.

135. Nenhum membro, depois desta fórma de processo e expulsão, será restaurado á communhão da Igreja

sem dar prova satisfactoria de arrependimento, excepto si a Conferencia Tri-mensal reconhecer que elle estava innocente do crime pelo qual foi expulso; em cujo caso elle poderá ser restaurado.

CAPITULO IX.

DA PRIVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CREDENCIAES.

SECÇÃO I.

CREDENCIAES DOS PRESBYTEROS ITINERARIOS OU DEACONOS.

136. Quando qualquer presbytero itinerario ou deacono é privado das suas credenciaes de ordenação por expulsão ou outro motivo, ellas serão archivadas com os papeis da Conferencia Annual de que elle é membro.

137. Si em qualquer tempo futuro elle der prova satisfactoria á dita Conferencia de sua emenda ou innocencia, e obtiver um certificado da

Conferencia Trimensal do circuito ou estação onde elle reside, ou de uma Conferencia Annual que possa ter admittido-o em experiencia, recommendendo á Conferencia Annual de que elle antigamente foi membro a restauração das suas credenciaes, a dita Conferencia pode restaural-as.

SECÇÃO II.

CREDENCIAES DOS PRESBYTEROS LOCAES OU DEACONOS.

138. Quando qualquer presbytero local ou deacono é privado das suas credenciaes de ordenação, por expulsão ou outra causa, será do dever do Presbytero Presidente exigil-as d'elle, e archival-as com os papeis da Conferencia Annual dentro de cujos limites o dito prégador reside.

139. Si elle, em algum tempo futuro, apresentar á Conferencia Annual um

certificado da sua restauração pela Conferencia Trimensal, assignado pelo Presidente e Secretario da mesma, as suas credenciaes lhe podem ser entregues.

CAPITULO X.

DO SUBSIDIO AOS MINISTROS.

SECÇÃO I.

SUBSIDIO DOS PRÉGADORES NOS CIRCUITOS E ESTAÇÕES.

140. Cada ministro que, pelos regulamentos e costumes da Igreja, é subsidiado pelos seus fundos, terá, tanto quanto possível, o seu subsidio orçado por aquelles que têm de o pagar, ou por um agente autorizado para agir por elles.

141. O subsidio e as despesas de viagem dos prégadores nos circuitos e estações serão orçados pelas respectivas Juntas de Economos, depois de consultarem com o prégador a cargo.

142. Os economos annunciarão a cada Igreja a quantia total que se tem de levantar, e aquella parte que se espera de cada congregação. A Conferencia da Igreja póde adoptar os seus meios para levantar a quantia. A não receberem ordens para o contrario da Conferencia da Igreja, os economos adoptarão o plano de contribuição voluntaria, de conformidade com o seguinte paragrapho.

143. Espera-se que cada membro da Igreja contribue segundo as suas posses para o sustento do ministerio; e os economos de cada estação ou circuito determinarão si os pagamentos têm de ser feitos semanal, mensal, ou trimensalmente durante o anno. Elles então averiguarão quanto cada membro póde e quer pagar em prestações fixadas pelos economos; e cada membro ficará solemnementemente obrigado a pagar a quantia que prometter, e só

poderá ser libertado desse compromisso por ordem dos economos, ou pelo voto da Conferencia da Igreja por causa justa allegada.

SECÇÃO II.

SUBSIDIO DOS PRESBYTEROS PRESIDENTES.

144. O subsidio e as despesas de viagem dos Presbyteros Presidentes serão orçados pelos Economos do Districto. Os Economos do Districto dividirão a quantia orçada entre os diversos cargos pastoraes do Districto, cujas Juntas de Economos addicionarão a somma, assim concedida, ás sommas que se tenham de levantar para os seus pastores; e prover-se-ha o modo de agencial-a do mesmo modo.

SECÇÃO III.

SUBSIDIO DOS BISPOS.

Os Bispos serão subsidiados segundo o plano seguinte:

145. A concessão aos Bispos para o seu subsidio e despesas de viagem, e ás viúvas e filhos orphãos de Bispos defunctos, será orçada pela Commissão episcopal da Conferencia Geral ; e ella dividirá a quantia entre as diversas Conferencias Annuaes, segundo a posse de cada Conferencia.

146. As Conferencias Annuaes poderão adoptar planos seus para agenciar a dita quantia, que será chamada o Peculio dos Bispos.

147. Este Peculio será pago á Junta Geral de Finanças da Conferencia Annual ; e o Presidente da dita Junta pagará a quantia agenciada ao Bispo presidindo á Conferencia, tomará o seu recibo, e remetterá o mesmo, ou uma copia d'elle, para o Agente de Livros, que será o thezoureiro do Peculio dos Bispos.

148. Na reunião annual dos Bispos, cada Bispo informará ao Agente de

Livros da quantia que lhe foi paga pelas diversas Conferencias Annuaes, quantia total que será dividida entre todos os Bispos em proporção á quantia orçada para o subsidio de cada um.

149. Os Bispos que tiverem sido posto na lista dos jubilados, ou que não possam prestar serviço pleno, partilharão das collectas, em proporção ás quantias orçadas, com aquelles que são effectivos e trabalham activos na causa.

150. No intervallo da reunião annual dos Bispos, as sommas agenciadas e pagas aos Bispos serão repartidas entre os Bispos effectivos e os jubilados, ou que não prestam serviço pleno, pelo methodo que o Collegio dos Bispos determinar entre si.

SECCÃO IV.

SUBSIDIO D'AQUELLES PARA OS QUAES
NÃO HA PROVISÃO.

151. Todos os empregados nomeados pela Conferencia Geral, e que a

lei não preveja, terão os seus ordenados fixados pela Junta Geral de Finanças da Conferencia de que elles são membros, ou dentro de cujos limites fica o trabalho que lhes foi assignado pela Conferencia Geral; e serão pagos pelos vencimentos do seu cargo, ou por outros meios marcados pela Conferencia.

SECÇÃO V.

DA JUNTA GERAL DE FINANÇAS.

152. Cada Conferencia annual terá uma Junta Geral de Finanças, nomeada pelo Presidente da Conferencia (não havendo ordem ao contrario), no fim da sua sessão annual, para desempenhar as funcções do seu cargo até o fim da sessão da seguinte Conferencia Annual.

153. A dita Junta constará de um membro clérigo da Conferencia e um

leigo para cada Districto de Presbytero Presidente. Ella elegerá seu presidente, thezoureiro, e secretario, e a Junta preencherá todas as vagas que se derem na corporação: *contanto* que ella faça isso conservando igual numero de clerigos e leigos.

154. Será do dever da Junta Geral.

(1) Receber todo o dinheiro ajuntado, como collectas da Conferencia ou não, e distribuir o mesmo entre os prédigadores jubilados e as viúvas e orphãos dos fallecidos membros da Conferencia, de conformidade com as suas necessidades segundo o seu parecer.

(2). Ella avaliará a quantia que provavelmente será necessaria para cobrir as demandas dos prédigadores jubilados, e das viúvas e orphãos dos membros fallecidos da Conferencia, e dividirão a mesma entre os diversos Districtos de Presbyteros Presidentes para ser agenciada durante o seguinte anno.

(3). Todos os negocios relativos aos interesses financeiros da Conferencia serão referidos a essa Junta, e por ella cuidadosamente considerados, prestanda ella conta d'elles.

(4). Ella fará um extenso relatorio do que se passa á Conferencia, que aprovará, devolverá ou emendará seu relatorio.

(5). Os membros d'essa Junta, e especialmente o seu Presidente, estudarão com cuidado os interesses financeiros durante o anno, e colherão taes informações authenticas sobre as circumstancias pecuniarias dos pensionarios usuaes dos fundos da Conferencia as quaes facilitarão os trabalhos da Junta na sua sessão annual.

(6). O Economo Registrador de cada circuito apresentará á Junta Geral de Finanças um relatorio minucioso de todos os actos da Junta de Economos durante o anno preçedente.

A Junta Geral decidirá todas as questões que existam entre os economos e o Presbytero Presidente, ou qualquer dos prégadores, com relação aos seus subsidios, e a sua decisão será final; mas em caso nenhum permittirá ella que algum prégador tenha sobre a Igreja que serviu reclamo de divida, depois que a sua connexão pastoral cessou.

(7). Cada Conferencia Annual adoptará o seu plano para conseguir o dinheiro necessario para pagar aquelles que, pelas regras e costumes da Igreja, têm direito a esse pagamento: *com tanto* que não venha intervir nos direitos garantidos ás Conferencias da Igreja de adoptar os seus methodos de fazer as suas collectas para occorrer ás suas despezas.

CAPITULO XI.

SUBSIDIO DAS MISSÕES.

SECÇÃO I.

A JUNTA DE MISSÕES.

155. As operações missionarias da Igreja Methodista Episcopal, Sul, serão reguladas d'ora em diante pelos seguintes regulamentos e provisões:

ARTIGO I. Haverá uma Junta de Missões que terá a seu cargo as missões no estrangeiro e qualquer outra não prevista pelas Conferencias Annuaes.

ART. II. A dita Junta constará de um Presidente, Vice-Presidente, Secretario, Thezoureiro e dezenove Directores, eleitos de quatro em quatro

annos pela Conferencia Geral, continuando no seu cargo até a nomeação dos seus successores. Os Bispos serão membros da Junta *ex officio*.

ART. III. A Junta terá autoridade para regular o seu procedimento ; appropriar dinheiro para occorrer ás despesas accidentaes ; prover o subsidio dos missionarios jubilados e das viúvas e orphãos de missionarios que já não tenham sido previstos por qualquer Conferencia Annual ; imprimir livros para as missões na India, Allemanha, Mexico e outras missões no estrangeiro ; edificar predios para culto religioso, hospitaes, escolas e para missionarios ; e fazer as necessarias despesas da obra a seu cargo ; auxiliar a estabelecer e sustentar escolas para educar os conversos e prégadores naturaes do lugar, e cooperar com outras corporações Methodistas em estabelecer e sustentar taes escolas onde quer que

fôr praticavel em paiz estrangeiro. Publicará ella annualmente um relatório das suas transacções, indicando as missões por ella mantidas e a quantia destinada e paga a cada uma, e apresentará á Conferencia Geral um relatório das suas operações.

ART. IV. A Junta reunir-se-ha annualmente para determinar quaes serão os lugares occupados por missões, o numero das pessoas empregadas em cada uma, para orçar a quantia que seja necessaria para o subsidio das missões a seu cargo, e para dividir a mesma entre as diversas Conferencias Annuaes —levando em conta nessa divisão a extensão e a importancia do trabalho em cada Conferencia e a habilitação e disposição do povo para dar.

ART. V. A Junta empregará sómente homens que dêem resultado no seu trabalho, e exigirá que cada um apresente trimensalmente ao Secretario

um relatório das suas operações e do estado e prospecto do trabalho a seu cargo.

ART. VI. A renda da Junta provirá de collectas annuaes em cada congregação; e de outros planos que possam ser adoptados pela Igreja e congregação, pela Escola Dominical, e por sociedades que sejam formadas pelas senhoras da Igreja, para agenciar dinheiro para este fim; e de collectas especiaes feitas pelo Secretario e pelos Bispos; e por doações e legados.

ART. VII. O Secretario será ministro do Evangelho, e pode ser membro de qualquer Conferencia Annual, mas residirá onde fôr a séde da Junta. Será do seu dever conservar um registro permanente das operações da Junta, e publicar um summario das mesmas nos jornaes da Igreja; fazer a sua correspondencia; cuidar de todos os

seus negocios legaes ; preparar o seu Relatorio Annual, e publicar mensalmente (ou em um jornal missionario ou nos jornaes da Igreja, como a Junta determinar) dados sobre a condição, necessidades, e prospectos, das differentes missões. O ordenado do Secretario será fixado pela Junta e todas as despesas de viagem indispensaveis lhe serão feitas.

ART. VIII. O Thezoureiro terá o fundo da Junta em deposito seguro, o qual deposito será feito por elle como Thezoureiro, sujeito aos seus saques como tal, e aos dos seus successores no cargo. Elle fará tambem um relatorio annual, para ser publicado junto com o do Secretario, e prestará outro qualquer serviço que a Junta pedir. O ordenado do Thezoureiro será fixado pela Junta.

ART. IX. A Junta preencherá todas as vagas que se derem.

ART. X. Nove membros constituirão um *quorum* na reunião annual da Junta, e sete n'uma reunião extraordinaria.

ART. XI. A Junta terá a sua séde na cidade de Nashville, Tennessee.

ART. XII. Cada Conferencia Annual organizará uma Junta de Missões, a qual nomeará os seus officiaes e regulará os seus negocios, e terá dominio absoluto sobre as missões que estabelecer, com o consentimento do Presidente da Conferencia, dentro dos seus limites, e sobre os fundos organizados para o seu subsidio.

ART. XIII. A Junta da Conferencia fará arranjos para celebrarem-se reuniões anniversarias dentro dos diversos Districtos de Presbyteros Presidentes da Conferencia em interesse das missões no estrangeiro, e por outros meios quaesquer que determinar divulgará noticias das missões entre o povo; celebrará uma reunião anniversaria em

cada sessão da Conferencia, a renda da qual será igualmente dividida entre a Junta Geral e a Junta de Missões da Conferencia Annual; publicará um minucioso relatorio de suas operações todos os annos na acta da Conferencia; e orçará annualmente a quantia que seja necessaria para o subsidio das suas missões, e repartirá a mesma para ser agenciada entre os Districtos de Presbyteros Presidentes.

ART. XIV. A quantia que tocar á Conferencia para ser agenciada para o trabalho geral será dividida pela Junta da Conferencia entre os Districtos, e os pastores a cargo farão collectas especiaes em cada congregação para este fim.

ART. XV. Qualquer pessoa, ou Escola Dominical, ou Igreja, ou Conferencia pode tomar a si, em todo ou em parte, o subsidiar de uma missão ou uma escola missionaria estabelecida

pela Junta Geral, e mandar as suas contribuições directamente para tal missão ou escola, de que será immediatamente informado o Thezoureiro Geral: *comtanto* que á Conferencia, em cujo territorio taes quantias fôrem dadas, serão abonadas as mesmas em prestar contas á Junta do quinhão que lhe couber.

ART. XVI. As collectas para a Junta Geral e da Conferencia não serão feitas na mesma occasião, excepto na reunião anniversaria celebrada durante a sessão da Conferencia Annual.

ART. XVII. O Thezoureiro da Junta da Conferencia transmittirá ao Thezoureiro da Junta Geral toda e qualquer quantia que elle receber para fins geraes.

ART. XVIII. Será do dever do Presbytero Presidente trazer o assumpto de missões perante as Conferencias Trimensaes de cada circuito e estação,

e cuidar de que meios efficientes e planos bem definidos sejam adoptados para prover os fundos das missões, tanto para a Junta Geral como para a Junta da Conferencia.

SECÇÃO II.

SOCIEDADE MISSIONARIA DE SENHORAS.

156. Em vista do facto de que as mulheres na maior parte dos paizes pagãos só são accessiveis por pessoas do seu sexo, as senhoras da Igreja Methodista Episcopal, Sul, ficam autorizadas a organizar agencias missionarias especiaes sob a seguinte Constituição:

ARTIGO I. Esta Sociedade será chamada a “Sociedade Missionaria das Senhoras da Igreja Methodista Episcopal, Sul.”

ART. II. O fim desta Sociedade será concentrar os esforços das senhoras e

crianças em mandar o Evangelho ás mulheres e crianças nos paizes pagãos, por intermedio de missionarias, professoras, medicas e expositoras da Biblia.

ART. III. A obra será levada a effeito organizando-se Sociedades em cada Cargo, e Sociedades Conferenciaes em cada Conferencia, e será dirigida por uma corporação executiva conhecida pelo nome “A Junta de Missões das Senhoras,” tudo a ser constituido como se segue.

ART. IV. As operações desta Junta de Senhoras serão dirigidas em conexão com a Junta Central de Missões, e estarão sujeitas ao seu conselho e approvação. Quando fôr feita alguma appropriação, os dinheiros serão remetidos pelo Thezoureiro da Junta Central á missão ao seu cuidado, e serão usados para nenhum outro fim senão aquelle a que os destinou a Junta de Senhoras.

ART. V. A Junta será composta de uma Presidente, uma Vice-Presidente, uma Secretaria Correspondente, uma Thezoureira, uma Secretaria Registradora e cinco Directoras (eleitas de quatro em quatro annos) e dez Secretarias Correspondentes, ou suas substitutas, das Sociedades Conferenciaes. O Secretario da Junta de Missões será membro honorario da Junta das Senhoras.

ART. VI. A Junta das Senhoras fará sessão annualmente para determinar os campos que serão occupados, o numero de pessoas para se empregarem em cada um, e para avaliar e apropriar a quantia necessaria para o subsidio das missões a seu cargo. Uma maioria constituirá *quorum* para tratar de negocios nas reuniões annuaes; cinco farão *quorum* nas sessões mensaes e convocadas. As transacções das sessões mensaes ou convocadas serão

sujeitas á approvação ou rejeição da seguinte sessão annual.

ART. VII. Os fundos desta Sociedade serão derivados da iniciativa particular; dos emolumentos dos membros communs, vitalícios e honorarios; de legados, e de collectas publicas feitas sómente em reuniões convocadas em proveito da Sociedade.

ART. VIII. A Presidente presidirá em todas as sessões, endossará todos os cheques sobre a thezouraria. Na sua ausencia a Vice-Presidente presidirá; e na ausencia de ambas será nomeada uma presidente *pro tempo*.

ART. IX. A Secretaria Correspondente fará toda a correspondencia, attenderá a todos os negocios legaes, preparará o relatorio annual, e publicará trimensalmente um relatorio sobre o estado da obra. A Secretaria Correspondente residirá onde a Junta das Missões tiver a sua séde.

ART. X. A Thezoureira terá os fundos da Sociedade em deposito seguro, o qual deposito será feito por ella como Thezoureira, sujeito a cheques legalisados. Ella fornecerá relatorios annuaes e trimensaes para serem publicados junto com os da Secretaria Correspondente.

ART. XI. A Secretaria Registradora escreverá a acta de cada sessão em um registro permanente, e procurará a assignatura da Presidente como approvação.

ART. XII. Eleger-se-ha um Fiscal para fiscalisar os livros da Sociedade.

ART. XIII. Quando se der alguma vaga no intervallo das sessões annuaes, a Junta preencherá essas vagas até a proxima sessão annual.

ART. XIV. Duas das cinco Directoras serão membras de qualquer uma das Sociedades auxiliares no lugar onde a Junta das Missões tem a sua

séde, e as outras tres representarão respectivamente as secções do Leste, do Sul e do Oeste do territorio do paiz.

SECÇÃO III.

SOCIEDADE DA EXTENSÃO DA IGREJA.

157. A obra da extensão da Igreja será d'ora em diante proseguida sob as seguintes provisões e regulamentos :

ARTIGO I. Haverá uma Junta de Extensão da Igreja, constando de um Presidente, Vice-Presidente, Secretario Correspondente, Thezoureiro, e treze Directores, eleitos pela Conferencia Geral de quatro em quatro annos e continuando em officio até os seus successores serem eleitos e aceitarem o lugar. Os Bispos serão, *ex-officio*, membros da Junta. A Junta preencherá todas as vagas que se derem no intervallo da Conferencia Geral.

ART. II. Os funcionarios eleitos por esta Conferencia Geral procurarão, o

mais cedo possível, sob as leis geraes ou especiaes do Estado de Kentucky, se incorporarem, organizando-se elles e os seus successores em cargo, em successão perpetua, em uma corporação intitulada a “Junta da Extensão da Igreja Methodista Episcopal, Sul,” com poderes para contrahir e ser contrahida, para processar e ser processada e com todos os mais poderes necessarios para proseguir-se com successo na obra, de accôrdo com estes Artigos.

ART. III. O Secretario Correspondente fará toda a correspondencia da Junta sob a sua direcção e sujeito á autoridade e dominio da Junta, por quem será fixado e pago o seu ordenado. Elle póde ser membro de qualquer Conferencia Annual mas deverá residir onde fôr a séde da Junta.

ART. IV. A Junta terá a sua séde na cidade de Louisville, Estado de Kentucky, e reunir-se-ha em sessão

pelo menos annualmente na época em que a Junta determinar, e em qualquer outra occasião que o Presidente e Secretario Correspondente determinarem. Nove constituirão numero legal na sessão annual e sete em uma sessão extraordinaria.

ART. V. As rendas da Junta serão derivadas de collectas annuaes tiradas em cada congregação, de collectas especiaes feitas pelo Secretario Correspondente e pelos Bispos e de donativos e legados.

ART. VI. A Junta terá autorisação para regular as suas transacções; para fixar a quantia que cada Conferencia Annual terá de levantar por meio de collectas para uso da Junta durante o anno seguinte; para crear verba para o custeio de despesas correntes; para determinar a somma que deve ser dada ou emprestada a cada supplicante; e fazer qualquer outra transacção que

[12]

seja legal e digna d'ella. *Comtando que* nenhuma somma será appropriada para outro fim a não ser a compra e appropriação de terrenos para igrejas e a edificação e appropriação de edificios para igrejas; e *comtando tambem* que a Junta não se envolva em dividas.

ART. VII. A Junta terá autorização para crear e administrar um Fundo de Empréstimos, que será distincto do fundo levantado para distribuição geral, e o qual só será dispendido em empréstimos com a devida garantia, determinada pela Junta; para receber e guardar como depositarios para a Igreja Methodistista Episcopal, Sul, qualquer propriedade pessoal ou de raiz, e para vender e destinar a mesma para os usos e fins aqui declarados.

ART. VIII. Todos os requerimentos para auxilio deverão declarar :

1. Uma descripção do edificio a auxiliar.

2. Um orçamento do custo provavel da obra completa.

3. A somma de dinheiro e de subscripções fidedignas que existem em mão.

4. A natureza do titulo, seu valor, si está segurado para a Igreja Methodist Episcopal, Sul.

5. Os nomes da Junta de Depositarios.

6. O numero dos membros da Igreja, das crianças para a Escola Dominical, a população do lugar, si dentro de uma villa ou de uma cidade.

7. Quaesquer outros factos que possam ser exigidos pela Junta, ou que sejam julgados necessarios ou uteis para a Junta dar uma decisão.

· ART. IX. Cada Conferencia Annual organizará uma Junta Conferencial da Extensão da Igreja, a qual será auxiliar da Junta Central, e terá a seu cargo os interesses e o trabalho da extensão

da Igreja dentro dos limites da Conferencia. Os prégadores farão tirar uma collecta em cada congregação annualmente para extensão da Igreja; e dos fundos assim recebidos, ou vindos de qualquer outra maneira ás mãos das Juntas Conferenciaes Annuaes, cincoenta por cento será entregue á Junta Geral para ser utilizado sob a sua direcção, porem legatarios podem dar direcção especial ás suas contribuições.

ART. X. Será do dever dos Presbyteros Presidentes trazer o assumpto da extensão da Igreja á consideração das Conferencias Districtaes e Trimensaes, e ver que sejam adoptados planos os mais efficazes para levantar as quantias marcadas para o cargo; e os Bispos exigirão um relatorio da Junta Conferencial Annual da ordem regular da marcha da Conferencia, e darão attenção especial ao assumpto.

CAPITULO XII.

AS IGREJAS E PROPRIEDADES DAS IGREJAS.

SECÇÃO I.

DA EDIFICAÇÃO DE IGREJAS.

158. *Perg.* Ha alguma cousa a recommendar na edificação das igrejas ?

Resp. 1. Que as nossas igrejas sejam todas simples e decentes, com entrada franca, tanto quanto possivel.

Resp. 2. Para que a nossa gente seja, do modo mais efficaç, impedida de contrahir dividas, que depois não poderá pagar, será do dever da Conferencia Trimensal de cada circuito e estação, onde se propõe edificar uma casa ou casas de culto, empossar-se do terreno ou lote em que tem de se

edificar tal casa ou casas, de conformidade com o nosso titulo de posse, o qual deverá ser legalmente executado; outrosim a dita Conferencia Trimensal nomeará uma commissão de julgamento composta de pelo menos tres membros da nossa Igreja, que fará uma avaliação da quantia necessaria para edificar; e tres quartos desta quantia serão arrecadados antes de se começar qualquer edificação: *contanto* que nenhuma casa de culto será edificada sem que se tenha obtido a permissão da Conferencia Trimensal.

Resp. 3. Em todos os casos em que dividas por edificar casas de culto tenham sido ou possam ser contrahidas contrario á recommendação acima ou em desatenção a ella, pede-se aos nossos membros e amigos que não attendam, recusando prestar auxilio pecuniario, aos agentes que, com o fim de solicitarem contribuições para pagar

taes dividas, viajarem fóra dos seus circuitos ou Districtos, excepto em certos casos especiaes que tenham a approvação de uma Conferencia Annual.

Resp. 4. D'ora em diante não admitimos nenhum titulo, instrumento ou escriptura de traspasso de nenhuma casa de culto para o nosso uso, a menos que no tal titulo, instrumento ou escriptura não seja estipulado que os depositarios da dita casa em qualquer occasião permittam aos ministros e prédadores, pertencentes á Igreja Methodistista Episcopal do Sul, que sejam de tempos em tempos devidamente autorizados pela Conferencia Geral da nossa Igreja, ou pelas Conferencias Annuaes, prégar e explicar a santa palavra de Deus, e pôr em execução a disciplina da Igreja, e administrar os sacramentos nella, de conformidade com o verdadeiro sentido e intento da nossa escriptura de traspasso.

SECÇÃO II.

DA EDIFICAÇÃO DE PRESBYTERIOS. *

159. *Perg.* Que conselho ou direcção é dado concernente á edificação de casas de moradia para o uso dos prédicadores casados itinerarios?

Resp. 1. Recommenda-se aos nossos amigos, em geral, que comprem um lote de terreno nos limites de cada cargo pastoral, e edifiquem nelle uma casa para o prédicador, e guarneça-a ao menos da mobilia pesada, e entreguem a mesma em mãos de depositarios nomeados pela Conferencia Trimensal, de conformidade com a nossa escriptura de traspasso.

Resp. 2. Será do dever dos Presbyteros Presidentes e prédicadores, usar da sua influencia para levar a effeito as regras acima sobre edificação de casas

* O traductor adoptou a palavra *presbyterio* para traduzir *parsonage*—casa onde mora o *parson* ou pastor da Igreja.

para a accommodação dos prédadores e suas familias. Para isto cada Conferencia Trimensal nomeará uma commissão (si não tiverem sido adoptadas outras medidas), que, com o conselho e auxilio do prédador e Presbytero Presidente, projectará um meio de arranjar dinheiro para esse fim. E recommenda-se ás Conferencias Annuaes que façam indagação especial dos seus membros concernente a esta parte do seu dever.

SECÇÃO III.

DA GARANTIA DE IGREJAS E PRESBYTERIOS.

160. *Perg.* O que se fará para garantir as nossas igrejas e presbyterios, e outra qualquer propriedade da Igreja, com as suas dependencias ?

Resp. 1. Cada Conferencia Annual fica autorizada para fazer qualquer

modificação nas escripturas segundo acharem que os differentes usos e costumes da lei requerem nos diversos Estados e Territorios, de maneira a garantir a propriedade solidamente por escriptura, e permanentemente á Igreja Methodista Episcopal do Sul; mas em toda a escriptura de concessão de terreno para edificação de casas de culto, ou sobre o qual já tenham ellas sido edificadas, seja a seguinte clausula escripta no lugar proprio: “Na fé, de que as taes propriedades sejam usadas, guardadas, mantidas, e se disponha d’ellas, como lugar de culto divino para o uso do ministerio e dos membros da Igreja Methodista Episcopal do Sul; sujeitas á disciplina, uso, e disposição ministerial da dita Igreja, segundo de tempos a tempos fôr autorizado e declarado pela Conferencia Geral da dita Igreja, e pela Conferencia Annual, dentro dos limites da qual

as mencionadas propriedades estejam situadas.

Resp. 2. Do mesmo modo em toda a escriptura de concessão de terreno para edificação de casas de moradia para o uso dos prégadores, ou sobre o qual já tenham ellas sido edificadas, seja a seguinte clausula inserida no lugar proprio: “Na fé, de que as taes propriedades sejam usadas, guardadas, mantidas, e se disponha d’ellas, como lugar de moradia para o uso e occupação dos prégadores da Igreja Methodist Episcopal do Sul, os quaes sejam de tempos a tempos nomeados para tal lugar; sujeitas ao uso e disciplina da dita Igreja, segundo de tempos a tempos fôr autorizado e declarado pela Conferencia Geral da dita Igreja, e pela Conferencia Annual dentro dos limites da qual as mencionadas propriedades estejam situadas.”

SECÇÃO IV.

DÁ DIVISÃO, TRASPASSO, OU VENDA DE PROPRIEDADES DA IGREJA.

161. Quando qualquer circuito, estação, ou missão, fôr dividido em dous ou mais cargos, cada cargo separado póde constituir nova junta ou juntas de depositarios ; e as propriedades da Igreja em mãos dos depositarios do cargo primitivo serão transferidas ás novas juntas assim creadas, e a junta ou juntas primitivas serão desembaraçadas de qualquer responsabilidade pecuniaria, sendo esta transferida ás novas juntas respectivamente.

162. Os depositarios, com o consentimento do prégador a cargo e da Conferencia Trimensal, terão poderes de vender qualquer igreja, ou presbyterio, que tiver sahido fóra do uso, ou tiver de ser removído para outro lugar; o producto da qual venda será

empregado em outra propriedade para a Igreja sob a direcção da Conferencia Trimensal.

SECÇÃO V.

DA CREAÇÃO DE HYPOTHECAS SOBRE PROPRIEDADES DA IGREJA.

163. Nenhuma pessoa ou pessoas, ou Junta de Depositarios, terá authorisação para fazer ou crear hypotheca ou outro qualquer contracto de retenção sobre propriedades da Igreja. *Comtanto, todavia*, que si os ditos depositarios, ou qualquer um d'elles, ou os seus successores, tiverem adiantado, ou adiantarem, qualquer somma ou sommas de dinheiro, ou sejam ou venham a ser responsaveis por qualquer somma ou sommas de dinheiro, por conta da propriedade da Igreja; e elles, os ditos depositarios, ou os seus successores, forem obrigados a

pagar a dita somma ou sommas de dinheiro, elles, ou uma maioria d'elles, terão autorização para levantar a dita somma ou sommas de dinheiro hypothecando a dita propriedade, ou vendendo a dita propriedade, depois de notificar o prégador a cargo, ou o Presbytero Presidente do Districto, si o dinheiro devido não fôr pago aos ditos depositarios, ou aos seus successores, dentro de um anno depois de ser dada a noticia ; e si tiver lugar a dita venda, os ditos depositarios, ou os seus successores, depois de pagarem as dividas e as outras despesas com o dinheiro resultante da tal venda, pagará o excedente do dinheiro produzido pela dita venda ao economo, ou economos, do circuito, estação, ou missão ; o qual excedente do producto da dita venda será remettido pelo economo, ou economos, á Conferencia Trimensal dentro dos limites da qual

fôr situada, na sua sessão seguinte ;
a dita Conferencia Trimensal dará um
destino ao dito dinheiro, pelo voto
da maioria, em beneficio do dito cir-
cuito, estação ou missão.

CAPITULO XIII.

LEGADOS E DONATIVOS.

SECÇÃO I.

DE LEGADOS OU DOAÇÕES.

164. A todas as pessoas que quiserem fazer doações ou legarem alguma coisa para a Casa Editora, para alguma Conferencia Annual, ou para o uso e emprego da Igreja Methodista Episcopal do Sul, pedimos que queiram adoptar a seguinte fórmula legal de titulo de transferencia :

(1) *Fórmula de uma doação por testamento.*

Em nome de Deus—Amen. Eu (A. B.), em plena posse de meu perfeito

juízo e memoria, constituo este o meu ultimo testamento :

Eu dou e lego o seguinte (aqui descreva-se a propriedade) a “———, Agente da Casa Editora da Igreja Methodistista Episcopal do Sul,” e aos seus successores no cargo, sendo o seu emprego feito pelo dito Agente, para o uso e beneficio de (particularise-se aqui o objecto benevolente ou fim ao qual desejam que o Agente applique a vossa propriedade), para ser assim empregada pelo dito Agente, sob a direcção da Conferencia Geral da Igreja Methodistista Episcopal do Sul ; dispondo da dita propriedade sómente da maneira que a Conferencia Geral julgar melhor calculada para promover os fins desta doação, segundo ficam aqui exarados.

Por esta nomeio [inserir aqui o nome ou nomes] executores deste meu ultimo testamento. Em fé de que, affixo

[13]

aqui o meu punho e sello, neste —
dia de — 18 — .

Em presença de —

Testemunhas } [Sello.]
[Que sejam tres]

(2.) *Fórma de um titulo de donativo:*

Estado de —, }
Condado de —.

Saibam todos que esta escriptura virem que eu [o nome], em consideração do amor que tenho á causa de Christo, e pelo sincero desejo de promover o seu reino na terra, dou e cedo, e pela presente transmitto a “—, Agente da Casa Editora da Igreja Methodista Episcopal do Sul,” e aos seus successores em cargo, para o uso e beneficio de [particularise-se o fim para o qual é feito o donativo], o seguinte: [descreva-se o donativo], para ser empregado pelo dito Agente ao fim aqui exposto, sob a direcção da Conferencia Geral da Igreja Methodista

Episcopal do Sul. E o dito Agente terá a propriedade acima mencionada reservada ao uso acima dito, livre de toda reclamação minha, dos meus herdeiros, executores ou administradores, e de toda e outra qualquer pessoa.

Em fé de que, affixo aqui o meu punho e sello, neste — dia de —, 18 —. Em presença de —

Testemunhas.	}	[Sello.]
[Que sejam tres.]		

165. Toda doação ou legado feito á causa missionaria da Igreja deve ser feito á Junta das Missões da Igreja Methodista Episcopal do Sul, corporação esta devidamente constituida sob as leis do Estado de Tennessee.

SECÇÃO II.

INSTRUÇÕES GERAES SOBRE LEGADOS.

166. Si quaesquer sommas forem recebidas pelo nosso Agente sob á

fórma de testamento ácima ou qual-
quer outra, para quaesquer dos fins aqui
mencionados, elle disporá d'elles como
se segue: Si a doação fôr-lhe feita para
a "Casa Editora", elle fará d'ella o
mesmo uso que dos outros fundos por
elle tidos como Agente; si para a causa
missionaria, elle a pagará ao Thezou-
reiro da Junta das Missões da nossa
Igreja; si para uma Conferencia
Annual, elle a pagará a qualquer
agente devidamente autorizado para
recebel-a; si para o uso e emprego da
Igreja Methodista Episcopal do Sul,
sem especificar nenhum fim mais parti-
cular, elle a terá em mãos até a
seguinte Conferencia Geral, quando
apresentará d'ella um relatorio áquella
corporação, sujeitando-a ás ordens da
mesma.







